



Escola Secundária da Ramada

Projeto Educativo de Escola 2014-2017

Pro Qualitate (Pela Qualidade)





**“A Escola ... está ao serviço de um Projeto de aprendizagem”
(Nóvoa, 2006).**

2014

ÍNDICE GERAL

| | |
|---|-----|
| ÍNDICE GERAL..... | iii |
| SIGLAS UTILIZADAS | iv |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| I PARTE: CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL..... | 3 |
| 1. Quem somos? | 5 |
| 1.1. Meio..... | 5 |
| 1.2. Escola Secundária da Ramada..... | 5 |
| 2. Estrutura Organizativa | 8 |
| 2.1. Órgãos de Direção, Administração, Gestão e Participação..... | 8 |
| 2.2. Avaliação Organizacional e Avaliação de Desempenho | 10 |
| 2.3. Outras estruturas | 11 |
| 3. Atores Educativos..... | 13 |
| 3.1. Alunos | 13 |
| 3.2. Pais e Encarregados de Educação | 22 |
| 3.3. Professores | 22 |
| 3.4. Assistentes Técnicos e Operacionais..... | 23 |
| 3.5. Serviços de Apoio Técnico-Pedagógico..... | 25 |
| II PARTE: PRINCÍPIOS E OPÇÕES ESTRUTURANTES..... | 29 |
| 1. O que queremos ser? | 30 |
| 2. A Qualidade na Aprendizagem | 31 |
| 3. Projeto Curricular: Aprendizagem e Avaliação | 33 |
| 3.2. Avaliação das aprendizagens dos alunos | 35 |
| 4. Critérios para a Constituição e Elaboração de Horários | 36 |
| III – PARTE: PRO QUALITATE - DIMENSÕES, METAS E ESTRATÉGIAS..... | 37 |
| 1. Cenário para a Melhoria | 38 |
| 2. Dimensões, metas e estratégias específicas..... | 40 |
| IV PARTE: DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO..... | 47 |
| Referências Bibliográficas | 52 |
| Normativos Aplicáveis | 53 |
| Anexos..... | 54 |
| Anexo 1 | 55 |
| Anexo 2 | 58 |

SIGLAS UTILIZADAS

| | |
|-----------------|---|
| AE | Associação de Estudantes |
| AM | Anulação de Matricula |
| ASE | Ação Social Escolar |
| CECD | Centro de Educação para o Cidadão Deficiente de Mira Sintra |
| CEI | Currículo Específico Individual |
| CENFORES | Centro de Formação de Associação de Escolas |
| DECO | Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor |
| EB | Ensino Básico |
| EE | Encarregado de Educação |
| EF | Exclusão por Faltas |
| ES | Ensino Secundário |
| ESR | Escola Secundária da Ramada |
| GAMD | Gabinete de Apoio e Mediação Disciplinar |
| GATO | Gestor de Atividades TIC na Educação |
| NEEcp | Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente |
| OC | Disciplina de Oferta Complementar |
| PAA | Plano Anual de Atividades |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PTT | Projeto de Trabalho de Turma |
| PLNM | Português Língua Não Materna |
| PEE | Projeto Educativo de Escola |
| PTE | Plano Tecnológico de Educação |
| UMAR | União de Mulheres Alternativa e Resposta |
| RI | Regulamento Interno |
| RIVDPV | Rede de Intervenção na Violência Doméstica e em Pessoas Vulneráveis |
| SWOT | Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças) |
| TIC | Tecnologias da Informação e Comunicação |

INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo é um instrumento identitário da Escola Secundária da Ramada, elaborado de acordo com o Decreto-Lei 137/2012, e terá uma vigência de três anos (2014-2017). Apóia os órgãos de gestão nas suas opções estratégicas de desenvolvimento organizacional; apoia o exercício da profissionalidade docente (cf. Antunes, 1987; Silva, 2000); apoia a consciencialização, por toda a comunidade educativa, de um conjunto de fins comuns a atingir; apoia os pais e encarregados de educação na escolha da escola dos seus educandos.

O presente projeto educativo incorpora os princípios, valores e objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo e visa perspetivar o futuro da Escola Secundária da Ramada tendo em conta as suas especificidades atuais. Neste último sentido, constituíram alicerces fundamentais para a sua elaboração os resultados da concretização do projeto educativo relativo ao período 2010-2013, assim como o Plano Estratégico 2013-2017, apresentado pelo Diretor e aprovado em Conselho Geral (18.11.2013).

Cedo foi compreendido que é na reflexão conjunta que a Escola identifica os seus próprios problemas, define as suas metas e enuncia as estratégias adequadas para as alcançar. Por esta razão, o processo de elaboração do Projeto Educativo orientou-se por uma metodologia de características participativas, reunindo e tratando dados de natureza qualitativa e quantitativa.

De modo a ser auscultada a comunidade educativa, foi colocada à discussão uma primeira versão do documento. Procedeu-se a uma análise de conteúdo das respostas obtidas e foram feitas alterações decorrentes desse procedimento.

O título do presente Projeto Educativo continua a ser *Pro Qualitate (Pela Qualidade)*. Não ignoramos a ambiguidade do conceito de “qualidade”, entendido de formas diferenciadas segundo o tempo, os contextos sociais, económicos, políticos e culturais, e os intérpretes individuais que a ele se referem. Importa, pois, que declaremos o que entendemos por “qualidade educativa”. *Fazer emergir a qualidade do Saber em toda a comunidade educativa* é, para a Escola Secundária da Ramada, cultivar as quatro dimensões em que esse saber pode ser declinado nos nossos dias: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a conviver e Aprender a ser (cf. Delors, 1998; OEI, 2010). Aprender, pois; aprender, sempre (sejam crianças, jovens ou adultos); aprender melhor. É esta a razão de ser da nossa escola e a finalidade principal que a inspira.

A missão e a visão de futuro da Escola Secundária da Ramada têm, pois, como princípio estruturante formar pessoas na sua relação com a diversidade dos saberes que lhes são proporcionados, formá-las para o sucesso, não apenas o sucesso escolar, mas também o sucesso pessoal e social. Em suma: o sucesso partilhado por toda a comunidade educativa é gratificante para toda ela.

I PARTE: CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Quem somos?

1.1. Meio

A Escola Secundária da Ramada está situada na União das Freguesias de Ramada e Caneças, concelho de Odivelas. Esta freguesia faz fronteira com as freguesias de Famões e de Odivelas, e com os concelhos de Loures e de Sintra. Com uma área de 9,59 km², tem, de acordo com os dados dos censos de 2011, 31 981 habitantes (cf. Câmara Municipal de Odivelas, s. d.). É constituída por núcleos habitacionais antigos, alguns bairros recentemente construídos e urbanizações, também recentes, e outras em construção. O núcleo populacional continua em crescimento.



Figura 1 - Mapa do concelho de Odivelas

A Ramada está situada, na sua maior parte, na vertente da Serra da Amoreira, avistando-se daí parte dos Concelhos de Odivelas, de Loures e de Lisboa. Está dotada dos serviços essenciais de utilidade diária aos moradores, e constitui-se como um local atrativo, enquanto destino habitacional, pela sua proximidade a Lisboa. Desta freguesia partem, diariamente, rumo à capital, um número significativo dos seus habitantes em idade adulta e com capacidade de trabalho, assim como a maioria dos jovens que já frequentam o ensino superior. Ao número de habitantes que se deslocam para Lisboa a fim de irem trabalhar juntam-se aqueles que não necessitam de o fazer, dado que o concelho de Odivelas e as proximidades geraram postos de trabalho. Realce-se a abertura de grandes superfícies comerciais e do Hospital Beatriz Ângelo. Neste território existem ainda vários grupos associativos, desportivos e culturais, o que promove um espírito de pertença comunitária.

1.2. Escola Secundária da Ramada

A Portaria 406/80 de 15 de julho cria a Escola Secundária da Ramada para entrar em funcionamento no ano letivo de 1980/1981. A 23 de Novembro de 1980, dá-se a abertura da Escola à comunidade, ao tempo, Concelho de Loures.



Figura 2 - Moinho das Covas.



Figura 3 - Logótipo da Escola.

O logótipo da Escola, criado pelo professor José Assis, representa uma estilização do seu ex-libris: o Moinho das Covas, o qual constitui um polo turístico da comunidade.

Ao longo dos anos, a Escola foi sendo objeto de várias intervenções no seu espaço, destacando-se a reconstrução do Moinho das Covas, localizado dentro do perímetro escolar, a estruturação dos espaços verdes circundantes, a construção do Pavilhão Gimnodesportivo e do Espaço Multiusos junto ao Moinho.

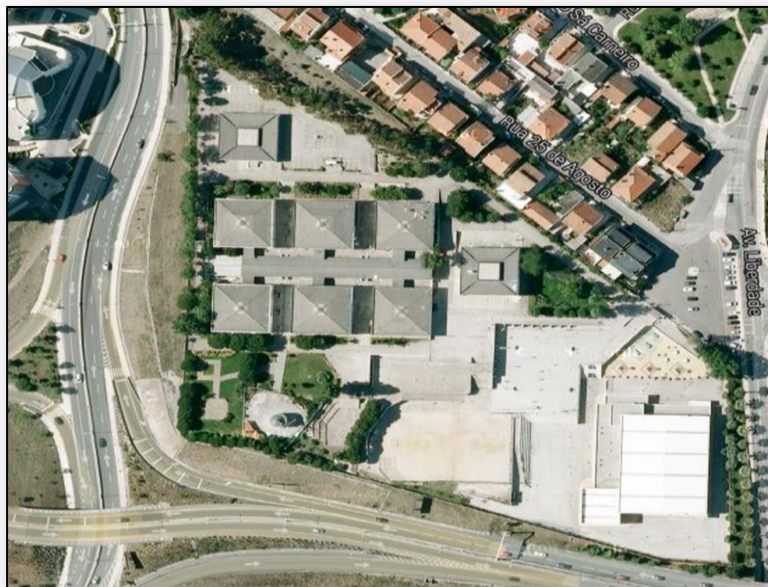


Figura 4 - Imagem de Satélite da Escola Secundária da Ramada.

Quanto à sua tipologia, a Escola é dotada de nove pavilhões. Estes têm dois pisos, à exceção do Refeitório, do Pavilhão D e do Pavilhão das Artes, que têm somente um piso.

A atualização constante, quer em número, quer em qualidade, do parque informático e multimédia, permite que, desde o início dos anos noventa, a escola participe em Projetos nacionais e internacionais.

Atualmente, a Escola possui equipamento informático e multimédia em todas as salas de aula, o que possibilita o uso generalizado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino e de aprendizagem dos alunos. Os diversos atores educativos senti-

ram necessidade de formação especializada e contínua para rentabilizar os recursos materiais e serviços existentes e melhorar o desenvolvimento da organização educativa, da aprendizagem e avaliação dos alunos, pelo que investiram nessa formação. Tem sido uma aposta a formação interna interpares sobre diferentes temáticas de acordo com as necessidades detetadas, promovendo mais e melhor pensamento reflexivo em todos os atores educativos (cf. Schön, 1997).

A Escola conta com a presença da Associação de Estudantes, da Associação dos Antigos Alunos e da Associação de Pais, que têm promovido um trabalho empenhado na procura de soluções e apoios pessoais, ou mesmo económicos, para o seu desenvolvimento.

Ao longo do tempo, a Escola tem estabelecido parcerias com entidades públicas e privadas, nomeadamente com a Câmara Municipal, com a Junta de Freguesia, com o Centro Social e Comunitário da Ramada, com Instituições do Ensino Superior, com empresas e com organizações (designadamente o CENFORES, a DECOJovem, UMAR, Municipália, Associação Educativa para o Desenvolvimento da Criatividade, entre outras), o que constitui uma mais-valia para o enriquecimento formativo dos alunos.

Esta abertura ao meio e o dinamismo criado ao longo dos anos em áreas curriculares e não curriculares levou a que a Escola tenha sido distinguida com o “Selo Escola Voluntária”, prémio



Figura 5 - Logótipo de Escola Voluntária.

atribuído pelo Ministério da Educação e Ciência. Este Selo visa o reconhecimento da promoção de valores de cidadania, de voluntariado e de solidariedade no meio escolar. O Programa Escola Voluntária, criado através da Portaria nº 333/2012, de 22/10/12 e pelo Despacho nº 7486/2013, é um instrumento de atuação no âmbito do voluntariado.

Presentemente, a Escola encontra-se num trajeto que visa “a procura de excelência nas pessoas” (Ainscow, 1991, citado por Morgado, 2004: 21).

2. Estrutura Organizativa

2.1. Órgãos de Direção, Administração, Gestão e Participação

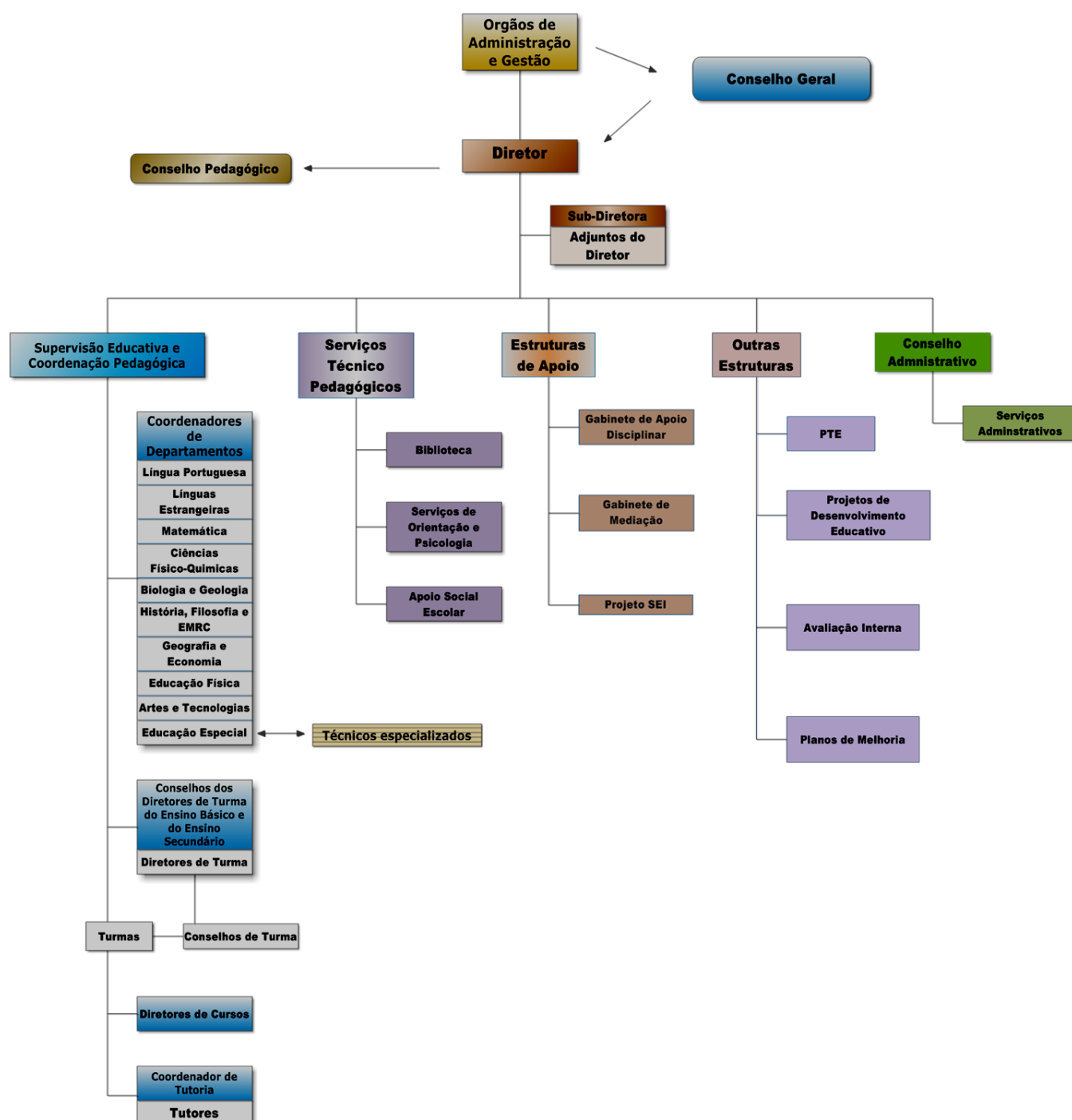


Figura 22 - Estruturas de Direção, Administração e Gestão.

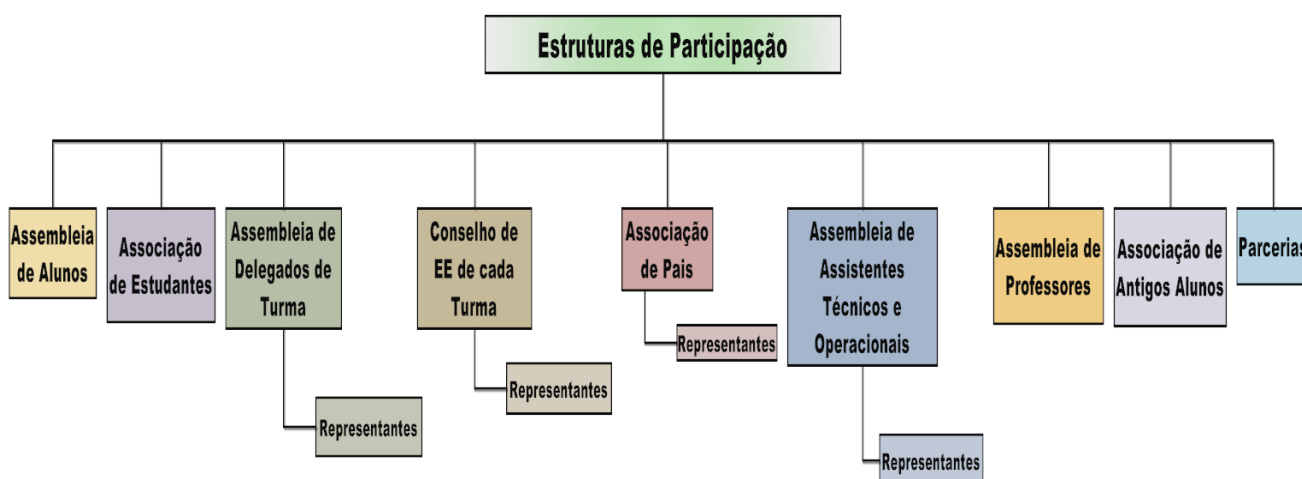


Figura 23 - Estruturas de Participação na Escola.

A Escola organiza-se, no que se refere aos órgãos de direção, administração e gestão, de acordo com o Decreto-Lei 75/2008 introduzidas pelo Decreto-Lei 137/2012. Deste modo, goza de autonomia “nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da ação social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira” (art. 8. 1). De acordo com este Decreto-Lei, os órgãos são os seguintes: o Conselho Geral; o Diretor; o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo, os quais se regem “pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência” (art.3).

As competências do Conselho Geral estão definidas no Decreto-Lei 75/2008 introduzidas pelo Decreto-Lei 137/2012 (Artigo 13). Para serem alcançadas as metas constantes no Projeto Educativo de Escola, o Conselho Geral da Escola determinou os seguintes critérios: “a igualdade de oportunidades, a aquisição de conhecimentos e experiências em contextos diferentes, utilizando metodologias diversificadas e ativas, privilegiando atividades relevantes de carácter pedagógico, científico, cultural e desportivo”.

As competências do Diretor estão definidas no Decreto-Lei 75/2008 introduzidas pelo Decreto-Lei 137/2012 (art. 18).

No âmbito das competências do Conselho Pedagógico é constituída a Secção de Coordenação de Avaliação do Desempenho Docente, com a seguinte composição: o Presidente do Conselho Pedagógico, que preside à comissão, e quatro outros docentes do Conselho Pedagógico, eleitos entre os respetivos membros. As suas competências estão definidas no Decreto Regulamentar 26/2012, de 21 de fevereiro (art.º 12).

As estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica são constituídas por: Departamentos Curriculares, Coordenação de Diretores de Turma dos Ensinos Básico e Secundário. Estas estruturas “colaboram com o Conselho Pedagógico e com o Diretor no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades escolares, promover o

trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente” (Decreto-Lei 137/2012, art. 42, ponto 1).

A articulação e gestão curricular estão asseguradas pelos Departamentos Curriculares: Departamento de Língua Portuguesa; Departamento de Línguas Estrangeiras; Departamento de Matemática; Departamento de Ciências Físico-Químicas; Departamento de Biologia e Geologia; Departamento de História, Filosofia e EMRC; Departamento de Geografia e Economia; Departamento de Educação Física, Departamento de Artes e Tecnologias, Departamento de Educação Especial (o qual faz articulação com outros técnicos).

A Coordenação dos Diretores de Turma tem por finalidade articular e harmonizar as atividades desenvolvidas pelas turmas de um mesmo ciclo de ensino. Os Coordenadores dos Diretores de Turma deverão promover uma coordenação eficaz e supervisionar o trabalho dos Diretores de Turma.

A organização, o acompanhamento e a avaliação das atividades a desenvolver com os alunos, assim como a articulação entre a Escola e as famílias, são assegurados pelo Conselho de Turma. A constituição do Conselho de Turma é a seguinte: os professores da turma; dois representantes dos pais e Encarregados de Educação e um representante dos alunos. Nos momentos de avaliação, a composição confina-se aos professores em efetividade de funções na turma e técnicos de serviço de apoio especializado, quando necessário (Decreto-Lei 137/2012, art. 44, ponto 1 c)).

2.2. Avaliação Organizacional e Avaliação de Desempenho

A avaliação da Escola tem por objetivos os que se encontram definidos na Lei n.º 31/2002 (art. 3), e é levada a cabo ao longo de cada ano letivo por uma equipa nomeada pelo Diretor. A autoavaliação pressupõe que a Escola se auto-organize e reflita sobre o seu modo de atuação, confrontando-se com os valores expressos no Projeto Educativo de Escola. Intimamente ligada à avaliação organizacional encontra-se a avaliação de desempenho dos professores e outros agentes educativos (nos termos dos normativos em vigor). A avaliação de desempenho dos professores está estreitamente relacionada com a avaliação do processo de ensino. É neste quadro avaliativo, de observação e de análise, que tem sentido o diagnóstico de necessidades de formação e de ações de formação.

2.3. Outras estruturas

O *Plano Tecnológico da Escola* visa promover e apoiar a integração das TIC no ensino, na aprendizagem, na gestão e na segurança ao nível de Escola. Pretende-se que fomente a criação e participação dos docentes em redes colaborativas de trabalho com outros docentes ou agentes da comunidade educativa e que zeze pelo funcionamento dos equipamentos e sistemas tecnológicos instalados.

Apesar da renovação de equipamentos na escola e da existência de formação, esta pode considerar-se ainda insuficiente para que se traduza numa utilização pedagógica disseminada, capaz de possibilitar aos alunos práticas inovadoras e as ferramentas indispensáveis à construção e regulação das suas próprias aprendizagens. Pretende-se, por isso, continuar a transpor para a sala de aula as tecnologias da informação e comunicação (TIC), incrementando-as, fazendo a ponte entre o dia-a-dia dos alunos e o seu percurso escolar e preparando-os para uma sociedade cada vez mais sustentada no conhecimento e na aprendizagem autónoma.

O *Gabinete de Apoio e Mediação Disciplinar (GAMD)* tem como finalidade promover valores de cidadania que assentam fundamentalmente no respeito pela Pessoa Humana entendida como ser livre e digno. O principal objetivo deste Gabinete é prevenir a indisciplina na instituição educativa e constituir um espaço de diálogo que envolve representantes da Escola, o Aluno e a Família ou o Encarregado de Educação. O acompanhamento pelo Gabinete é sugerida pelo respetivo diretor de turma, tendo em conta o perfil do aluno e as características das ocorrências disciplinares, competindo à comissão disciplinar o encaminhamento para um docente mediador. Logo que se considere que o aluno se reintegrou no ambiente escolar, este trabalho de mediação cessará. A elaboração de relatórios acerca da evolução do comportamento do aluno, bem como o envolvimento da família e encarregado de educação é da responsabilidade do docente mediador.

Fazem parte dos *Serviços Técnico-pedagógicos*: o apoio socioeducativo, a orientação vocacional e a biblioteca escolar.

A *Ação Social Escolar* encontra-se regulamentada pelo Despacho n.º 20956/2008, que determina as condições de aplicação das medidas de atuação, as quais são da responsabilidade do Ministério da Educação.

O *Gabinete de Psicologia e Orientação* tem como linhas orientadoras contribuir para a melhoria do sucesso escolar e bem-estar dos alunos e suas famílias através da cooperação entre agentes educativos, nomeadamente, pais, professores e restante comunidade escolar.

A *Biblioteca Escolar* está concebida como um grande centro de recursos que coloca à disposição de alunos, professores, assistentes técnicos e operacionais, um conjunto variado de meios necessários aos objetivos da educação. A Biblioteca funciona em articulação com o Projeto Educativo de Escola, o Projeto Curricular de Escola e com todos os outros Projetos existen-

tes. Favorece o desenvolvimento dos hábitos e competências de leitura, da literacia da informação e das competências digitais, trabalhando colaborativamente com todas as estruturas da Escola.

Na Escola existem apoios especializados que “visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial” (Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro). Neste âmbito, são planificados e organizados os apoios aos alunos com Necessidades Educativas Especiais de carácter permanente, fomentada a comunicação entre os vários intervenientes no processo educativo e estimulado o envolvimento dos pais na educação escolar e na preparação para a vida pós-escolar. A Educação Especial pretende garantir que os alunos com Necessidades Educativas Especiais sejam educados em ambientes inclusivos. A Escola privilegia e organiza respostas educativas diferenciadas e flexíveis. Estabelece parcerias, no Apoio aos alunos com CEI, com o Centro Social e Paroquial da Ramada e com o Centro de Recursos para a Inclusão (CECD Mira Sintra). No que se refere às acessibilidades físicas, a Escola apresenta algumas barreiras que impossibilitam a frequência de alunos que requerem equipamento específico para a sua mobilidade.

Por outro lado, a Escola Secundária da Ramada situa-se em frente a uma Escola Básica 2º e 3º Ciclo, na qual está instalada uma Unidade de Ensino Estruturado (para alunos com problemáticas no espetro do autismo). Dada a proximidade geográfica e o alargamento da escolaridade obrigatória, a Escola recebe alunos desta Unidade.

Na Escola funciona o Projeto SEI ODIVELAS, que tem como principal objetivo a promoção do sucesso educativo e integração, através de uma metodologia de mediação escolar, e que é promovido pela Câmara Municipal de Odivelas em parceria com a Escola Secundária da Ramada. A mediação escolar consiste no acompanhamento em proximidade de alunos do Ensino Básico e respetivas famílias, sinalizados pela Direção ou respetivos diretores de turma, em função de critérios de sinalização previamente definidos e com o respetivo consentimento informado dos encarregados de educação.

3. Atores Educativos

3.1. Alunos

Ao realizarmos uma análise diacrónica do número dos alunos matriculados na Escola entre o ano letivo 2010/2011 e o presente ano, verificamos que estes têm vindo a aumentar significativamente (+15,5%).

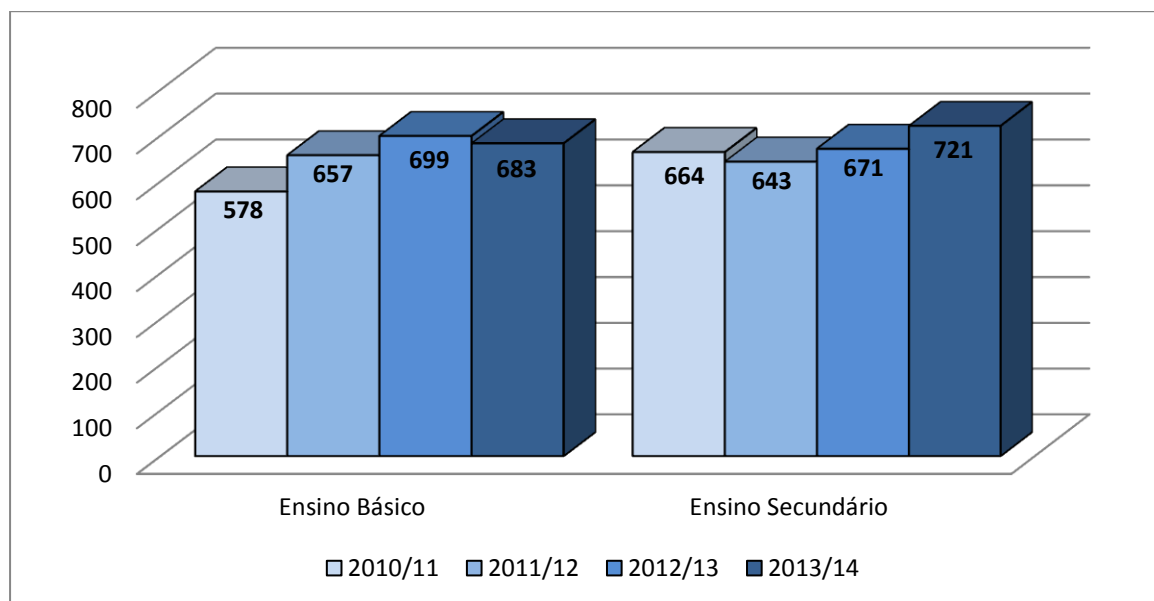


Figura 6 - Número de alunos matriculados nos anos letivos de 2010-2011 a 2013-2014.

Em 2010/2011, encontravam-se matriculados na escola 1242 alunos enquanto, no ano letivo de 2013/2014, eram já 1437, distribuídos pelo Ensino Básico, Ensino Secundário e ainda Ensino Profissional de nível de qualificação 4 (cf. Portaria n.º 782/2009 de 23 de julho).

Ao estabelecermos a comparação com os dados existentes no PEE de 2010, verificamos um acréscimo de 193 alunos matriculados no ano letivo de 2013/2014. Constatamos ainda que o número de alunos no Ensino Básico aumentou significativamente (158 alunos), enquanto no Ensino Secundário se verificou um acréscimo de 35 alunos.

Os alunos vivem na sua maioria na Freguesia da Ramada e a sua língua materna é o Português, muito embora existam alunos oriundos de países estrangeiros. Constata-se que o número destes últimos tem vindo a decrescer (2010/2011: 8,74%; 2011/2012: 9,03%; 2012/2013: 7,81% e 2013/2014: 5,43%). Este facto verifica-se com mais notoriedade no que se refere a alunos oriundos dos PALOP (2010/2011: 6,25%; 2011/2012: 5,95%; 2012/2013: 4,99% e 2013/2014: 3,20%). Ao serem discriminados os dados por países de origem, constata-se que a moda estatística corresponde a alunos de origem brasileira.

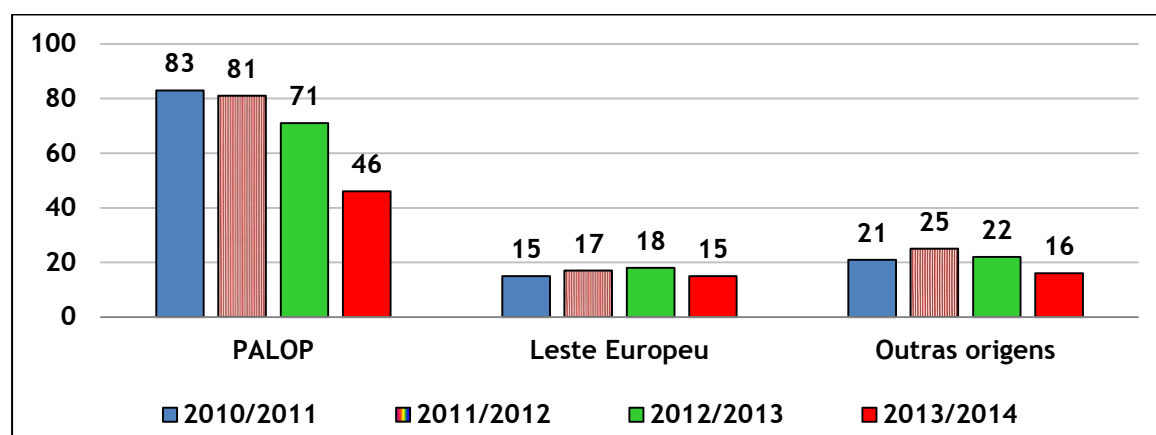


Figura 7 - Número de alunos oriundos de países estrangeiros.

A origem socioeconómica dos alunos matriculados na Escola é bastante heterogénea. Se, por um lado, a maioria dos alunos possui computadores e acesso à Internet nas suas residências (2010/2011: 75,58%; 2011/2012: 70,85%; 2012/2013: 68,57% e 2013/2014: 70,70%), por outro lado, o número de alunos com Apoio Social Escolar de Escalão A ao longo dos anos letivos de 2010/2011 a 2013/2014 aumentou, atingindo o valor mais alto em 2012/13 (2010/2011: 4,60%; 2011/2012: 7,34%; 2012/2013: 8,72% e 2013/2014: 7,52%), o mesmo se tendo passado com os alunos que beneficiaram do Escalão B (2010/2011: 8,29%; 2011/2012: 11,16%; 2012/2013: 11,67% e 2013/2014: 8,14%).

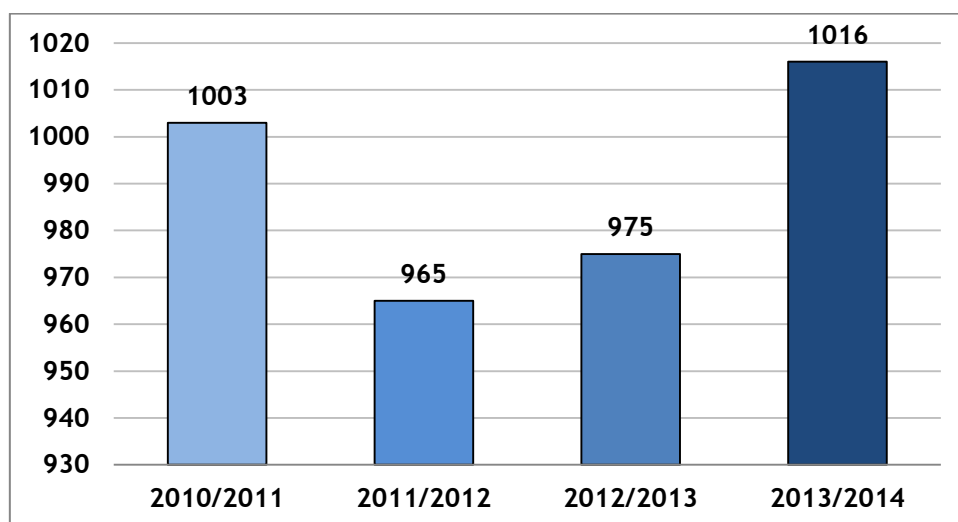


Figura 8 - Número de alunos que possuem computadores e acesso à Internet nas suas residências considerando o universo existente em cada um dos anos escolares (ver Figura 6).

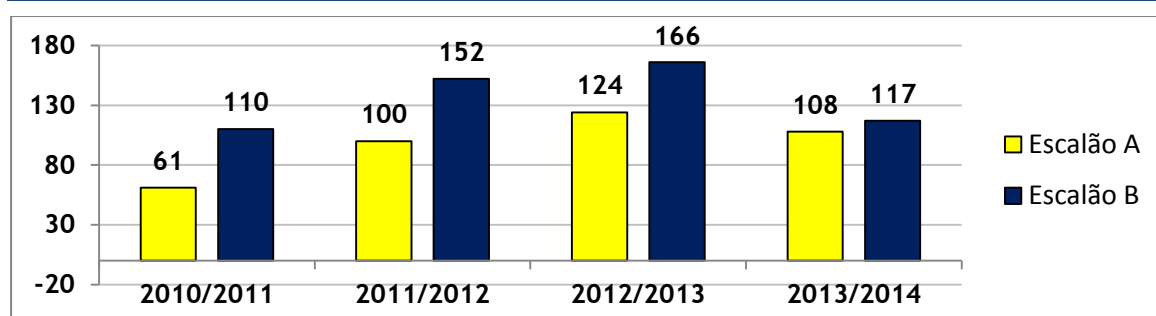


Figura 9- Número de alunos que beneficiam Apoio Social Escolar.

No que respeita ao Ensino Básico, todos os alunos frequentam a disciplina de Inglês como Língua Estrangeira I. A partir da análise das Figuras 10 e 11 podemos constatar que a maioria dos alunos escolheu como Língua Estrangeira II o Espanhol, comparativamente à língua francesa, muito embora no ano letivo de 2013/2014 esta tendência tenha baixado no que concerne ao 7º ano de escolaridade (45,10%).

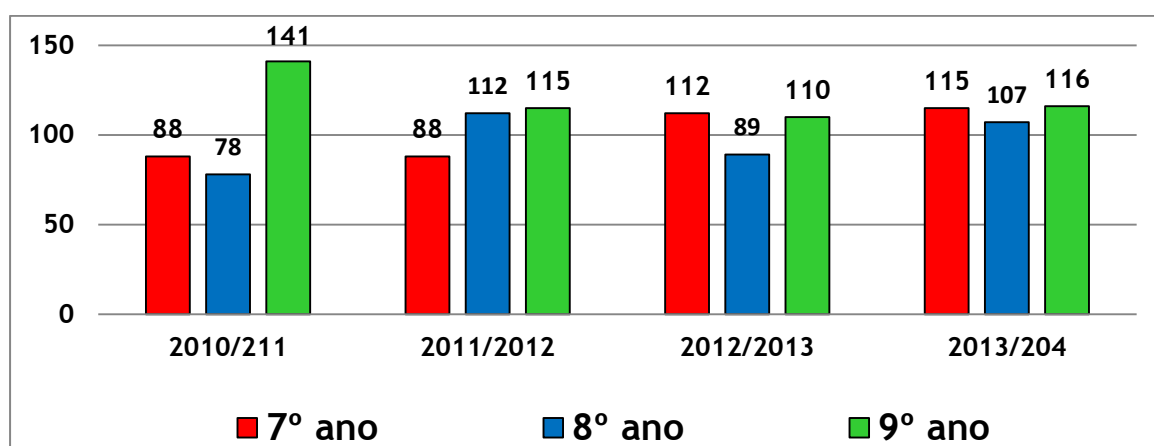


Figura 10 - Distribuição dos alunos matriculados no 7.º, 8.º e 9.º anos do Ensino Básico, nos anos letivos de 2010-2011 a 2013/2014 na disciplina de Francês.

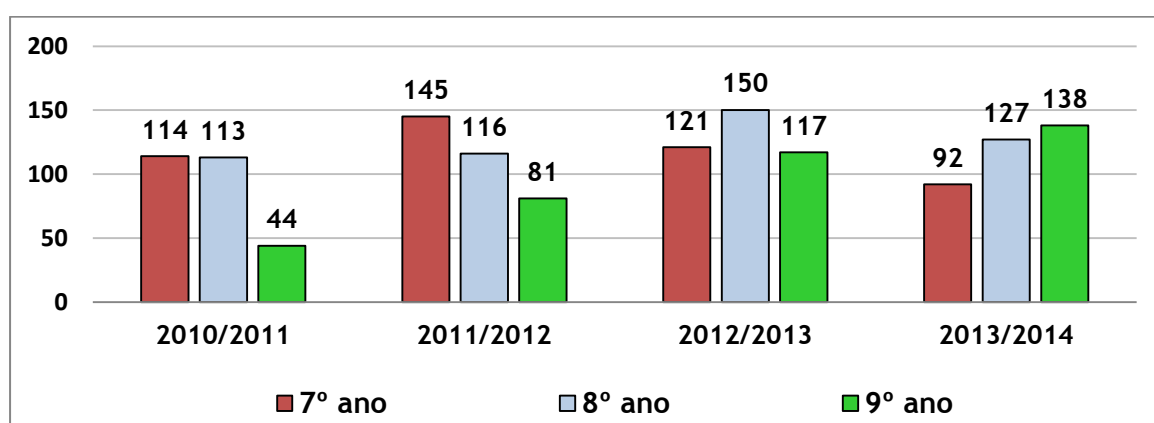


Figura 11 - Distribuição dos alunos matriculados no 7.º, 8.º e 9.º anos do Ensino Básico, nos anos letivos de 2010-2011 a 2013/2014 na disciplina de Espanhol.

Dos alunos oriundos de países estrangeiros beneficiaram de apoio, no âmbito de Português Língua Não Materna, no ano letivo de 2010/2011, 1,33%, no Ensino Básico e no Ensino Secundário, 0,30%; no ano letivo de 2011/2012, 0,89%, no Ensino Básico e 0,47%, no Ensino Secundário; no ano letivo 2012/2013, 0,29%, no Ensino Básico e, 0,30%, no Ensino Secundário. No ano letivo de 2013/2014 não existiram alunos que tenham beneficiado de Apoio.

Quadro I - Comparação entre as Médias obtidas nas disciplinas sujeitas a exame nacional, no Ensino Básico, entre 2010-2011 e 2012/2013.

| Código | Exame | Época de Exame | ESCOLA | | | | NACIONAL | |
|--------|---------------|----------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------|--|-------------|------------------|
| | | | Nº Exames Realizados na ESR | Média Fre- quência /Nível | Média Exame / Nível | Diferença Clas- sificação Fre- quência e Clas- sificação Exa- me | Média Exame | Desvio |
| | | | | | | | Nacional | Escola /Nacional |
| 22 | Português | 2011 | 169 | 3,29 | 2,89 | -0,4 | 2,74 | 0,15 |
| 91 | | 2012 | 183 | 3,27 | 2,86 | -0,41 | 2,86 | 0,00 |
| | | 2013 | 214 | 3,1 | 2,71 | -0,39 | 3,2 | -0,49 |
| 23 | Matemática | 2011 | 171 | 3,16 | 2,67 | -0,49 | 2,45 | 0,22 |
| 92 | | 2012 | 183 | 3,11 | 2,73 | -0,38 | 2,92 | -0,19 |
| 93 | | 2013 | 214 | 3,06 | 2,45 | -0,61 | 3,1 | -0,65 |
| 29 | Português LNM | 2011 | 3 | 3,33 | 2,66 | -0,67 | - | - |

No **Quadro I** podemos constatar que existem diferenças entre as Médias de Frequência e as Médias de Exame (entre -0,4 e -0,67), obtidas pelos alunos da Escola nas diferentes disciplinas sujeitas a exame: Português, Matemática e Português Língua Não Materna, na 1ª fase. Verificamos ainda que no ano letivo de 2011 tanto em Português como em Matemática, existiu uma diferença positiva relativamente à média nacional, o que não aconteceu, no ano 2013, a Português e, nos anos 2012 e 2013, a Matemática.

No **Quadro II** estabelecemos a comparação entre os resultados obtidos pelos alunos da Escola, sujeitos a Exame Nacional do Ensino Secundário (cf. PRODÉSIS, 2014), tendo por referência o número total de exames realizados nas diferentes disciplinas e os resultados obtidos a nível nacional, nas épocas de exame, da 1ª fase, de 2011, 2012 e 2013. Notamos que a disciplina de História da Cultura e das Artes mantém um desvio positivo ao longo destes três anos. Observamos ainda que na época de exame de 2013, as disciplinas História A, Biologia e Geologia, Geometria Descritiva A, Físico Química A e Geografia apresentam um desvio positivo.

Quadro II - Comparação entre as Médias obtidas nas disciplinas sujeitas a exame nacional (Média CIF e Média Exame), no Ensino Secundário, entre 2010-2011 e 2012/2013.

| Código | Exame | Época de Exame | Escola Secundária Ramada | | | | Nacional | | | Desvio |
|--------|--------------------------|----------------|-----------------------------|-----------|-------------|---------------|-----------|-------------|---------------|--------|
| | | | Nº Exames Realizados na ESR | Média CIF | Média Exame | % Re-provação | Média CIF | Média Exame | % Re-provação | |
| 623 | História A | 2011 | 44 | 13,1 | 12,2 | 2,3 | 13,1 | 10,5 | 11 | 1,7 |
| | | 2012 | 37 | 13,1 | 11 | 8,1 | 13 | 11,8 | 7 | -0,8 |
| | | 2013 | 30 | 12,7 | 13,6 | 6,7 | 13 | 10,6 | 11 | 3 |
| | | 2014 | 20 | 12,4 | 9,1 | 10 | 13 | 9,9 | 15 | -0,8 |
| 635 | Matemática A | 2011 | 104 | 13,1 | 10,3 | 12,5 | 13,5 | 10,6 | 20 | -0,3 |
| | | 2012 | 101 | 13,4 | 11 | 14,9 | 13 | 10,4 | 15 | 0,6 |
| | | 2013 | 103 | 13,1 | 8,8 | 26,2 | 13 | 9,7 | 20 | -0,9 |
| | | 2014 | 118 | 13 | 8,6 | 25,4 | 13,4 | 9,2 | 22 | -0,6 |
| 639 | Português | 2011 | 182 | 12,6 | 9,5 | 9,9 | 13,5 | 9,6 | 10 | -0,1 |
| | | 2012 | 158 | 13,4 | 10,5 | 8,9 | 14 | 10,4 | 8 | 0,1 |
| | | 2013 | 178 | 13,1 | 9,2 | 11,8 | 14 | 9,8 | 10 | -0,6 |
| | | 2014 | 156 | 12,8 | 12,7 | 3,8 | 13,4 | 11,6 | 5 | 1,1 |
| 702 | Biologia e Geologia | 2011 | 87 | 13,2 | 12,3 | 6,9 | 13,6 | 11 | 7 | 1,3 |
| | | 2012 | 99 | 12,5 | 9,5 | 13,1 | 14 | 9,8 | 10 | -0,3 |
| | | 2013 | 89 | 12,9 | 9,8 | 15,7 | 14 | 8,4 | 16 | 1,4 |
| | | 2014 | 113 | 12,7 | 10,3 | 14,2 | 13,7 | 11 | 8 | -0,7 |
| 706 | Desenho A | 2011 | 23 | 15,9 | 13,4 | 0 | 15,2 | 11,9 | 1 | 1,5 |
| | | 2012 | 11 | 16,1 | 10,9 | 0 | 15 | 12,3 | 0 | -1,4 |
| | | 2013 | 17 | 14,9 | 7,3 | 0 | 15 | 12,4 | 1 | -5,1 |
| | | 2014 | 4 | 15,5 | 12,6 | 0 | 15,2 | 12,8 | 0 | -0,2 |
| 708 | Geometria Descritiva A | 2011 | 8 | 14,6 | 9,9 | 0 | 14,5 | 10 | 16 | -0,1 |
| | | 2012 | 9 | 14,1 | 11,3 | 0 | 14 | 10,7 | 15 | 0,6 |
| | | 2013 | 6 | 12,3 | 12,7 | 0 | 14 | 12,2 | 13 | 0,5 |
| | | 2014 | 5 | 15 | 14,6 | 0 | 14,6 | 11,6 | 14 | 3 |
| 712 | Economia A | 2011 | 22 | 13,6 | 10,3 | 4,5 | 14,3 | 12 | 3 | -1,7 |
| | | 2012 | 21 | 14,6 | 10,7 | 4,8 | 14 | 11,7 | 2 | -1 |
| | | 2013 | 40 | 13,4 | 10,7 | 5 | 14 | 11,3 | 5 | -0,6 |
| | | 2014 | 51 | 13 | 8,4 | 19,6 | 14,2 | 10,4 | 8 | -2 |
| 714 | Filosofia | 2012 | 8 | 11,8 | 9 | 37,5 | 14 | 8,9 | 12 | 0,1 |
| | | 2013 | 6 | 11,5 | 9,9 | 16,7 | 14 | 10,2 | 9 | -0,3 |
| | | 2014 | 13 | 12,9 | 10,4 | 15,4 | 13,7 | 10,3 | 9 | 0,1 |
| 715 | Físico Química A | 2011 | 79 | 13 | 12,7 | 5,1 | 13,1 | 10,5 | 16 | 2,2 |
| | | 2012 | 97 | 13,1 | 7,2 | 22,7 | 14 | 8,1 | 24 | -0,9 |
| | | 2013 | 70 | 13 | 10,2 | 17,1 | 13 | 8,1 | 24 | 2,1 |
| | | 2014 | 85 | 12,6 | 9,8 | 24,7 | 13,5 | 9,2 | 19 | 0,6 |
| 719 | Geografia A | 2011 | 51 | 12,1 | 11,1 | 7,8 | 13,2 | 11,3 | 5 | -0,2 |
| | | 2012 | 35 | 12,8 | 12,1 | 2,9 | 13 | 10,7 | 7 | 1,4 |
| | | 2013 | 59 | 13 | 10,5 | 6,8 | 13 | 9,8 | 9 | 0,7 |
| | | 2014 | 72 | 13,1 | 12,2 | 0 | 13,1 | 10,9 | 5 | 1,3 |
| 724 | História Cultura e Artes | 2011 | 6 | 13,2 | 10 | 16,7 | 13,1 | 9,6 | 10 | 0,4 |
| | | 2012 | 11 | 14,2 | 14,4 | 0 | 13 | 10,9 | 8 | 3,5 |
| | | 2013 | 4 | 12 | 12 | 0 | 13 | 10,4 | 12 | 1,6 |
| | | 2014 | 13 | 14,3 | 11,9 | 0 | 13,3 | 9,7 | 11 | 2,2 |
| 835 | MACS | 2011 | 34 | 13,3 | 9,7 | 17,6 | 13,3 | 11,3 | 9 | -1,6 |
| | | 2012 | 17 | 13,5 | 9,3 | 11,8 | 13 | 10,6 | 10 | -1,3 |
| | | 2013 | 14 | 12,4 | 9 | 21,4 | 13 | 9,9 | 16 | -0,9 |
| | | 2014 | 20 | 13,1 | 7,8 | 20 | 13,3 | 10 | 14 | -2,2 |

Quadro III - Taxa de Sucesso nos anos letivos de 2006-2007 a 2013/2014 na Escola Secundária da Ramada (ESR) e a nível Nacional considerando a totalidade dos alunos matriculados (adaptado MISI@, 2014).

| | Taxa de Sucesso 2006/2007 | | Taxa de Sucesso 2007/2008 | | Taxa de Sucesso 2008/2009 | | Taxa de Sucesso 2009/2010 | | Taxa de Sucesso 2010/2011 | | Taxa de Sucesso 2011/2012 | | Taxa de Sucesso 2012/2013 | | Taxa de Sucesso 2013/2014 | |
|----------------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|
| | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional |
| 7º Ano | 66,00% | 79,60% | 69,60% | 82,90% | 79,20% | 82,60% | 90,0% | 83,25% | 95,54% | 84,14% | 93,13% | 82,09% | 81,55% | 82,71% | 94,6 | 82,0 |
| 8º Ano | 76,20% | 87,00% | 81,10% | 89,30% | 90,20% | 88,90% | 87,31% | 88,97% | 89,53% | 89,68% | 86,4% | 86,91% | 79,5% | 85,48% | 94,3 | 85,9 |
| 9º Ano | 63,30% | 80,90% | 83,80% | 87,00% | 67,80% | 87,20% | 90,37% | 85,93% | 84,32% | 86,15% | 82,14% | 82,36% | 74,01% | 81,15% | 79,4 | 83,0 |
| 10º Ano | 76,30% | 86,20% | 84,40% | 84,80% | 77,80% | 85,00% | 74,65% | 83,53% | 85,06% | 84,82% | 72,22% | 84,47% | 76,84% | 83,37% | 75,5 | 83,0 |
| 11º Ano | 87,00% | 85,10% | 86,80% | 89,90% | 83,80% | 88,90% | 79,32% | 88,36% | 83,94% | 89,04% | 81,3% | 86,87% | 81,77% | 86,12% | 88,5 | 86,2 |
| 12º Ano | 59,30% | 64,70% | ----- | ----- | 63,40% | 67,00% | 64,45% | 68,02% | 56,09% | 63,32% | 66,5% | 64,97% | 59,42% | 63,21% | 58,8 | 60,0 |

Quadro IV - Taxa de Sucesso nos anos letivos de 2006-2007 a 2013/2014 na Escola Secundária da Ramada (ESR) e a nível Nacional considerando a totalidade dos alunos matriculados (adaptado MISI@, 2014).

| | Taxa de Sucesso 2006/2007 | | Taxa de Sucesso 2007/2008 | | Taxa de Sucesso 2008/2009 | | Taxa de Sucesso 2009/2010 | | Taxa de Sucesso 2010/2011 | | Taxa de Sucesso 2011/2012 | | Taxa de Sucesso 2012/2013 | | Taxa de Sucesso 2013/2014 | |
|-----------------------------------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|---------------------------|----------|
| | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional | ESR | Nacional |
| Total do Ensino Básico | 68,80% | 89,40% | 77,80% | 92,00% | 80,30% | 92,10% | 89,08% | 91,64% | 89,97% | 92,32% | 87,52% | 89,79% | 78,4 | 88,71 | 89,02 | 89,03 |
| Total do Ensino Secundário | 74,90% | 79,50% | 85,50% | 81,50% | 76,00% | 80,70% | 73,08% | 80,04% | 74,7% | 79,43% | 73,72 | 79,09 | 72,88% | 78,13% | 69,9 | 77,29 |

As percentagens expostas nos **Quadros III e IV** foram calculadas em função do universo de alunos matriculados nos diferentes anos letivos, por ano de escolaridade e por ciclo de escolaridade. No que se refere às percentagens por ciclo de escolaridade (Ensino Básico e Ensino Secundário), estas têm por referência a totalidade dos alunos matriculados nesse ciclo, de modo que a percentagem apresentada não corresponde a uma média aritmética das percentagens dos anos de escolaridade do Ciclo. Por esta razão, apresentam-se os dados em dois quadros separados.

Os dados constantes nos **Quadros III e IV** foram importados diretamente da Plataforma Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação - MISI@. No **Quadro IV**, verificamos a ausência de dados relativos ao 12º ano no ano letivo 2007/2008, uma vez que ocorreu um erro na importação dos dados do ficheiro informático da Escola Secundária da Ramada para a plataforma MISI@. De modo a identificarmos a taxa de sucesso do 12º ano, nesse ano letivo, procedemos ao levantamento do número de alunos que solicitou a passagem de diploma de conclusão do Ensino Secundário. Assim, apuramos uma taxa de sucesso de 65,82% correspondente ao universo de alunos matriculados nesse ano de escolaridade. Se considerarmos esta percentagem como representativa da taxa de sucesso (65,82%), o sucesso obtido pela totalidade do universo do Ensino Secundário apresenta uma taxa de 80,20% ao invés de 85,50% como consta no **Quadro IV**.

Ao analisarmos os **Quadros III e IV**, verificamos que nos anos letivos de 2009/2010, 2010/2011, 2011/2012 e 2013/2014 a percentagem de sucesso do Ensino Básico ficou próxima da taxa de sucesso a nível nacional. Durante esses anos letivos, foi implementado na Escola o Projeto Mais Sucesso. Este projeto visava “a melhoria dos resultados escolares com o objetivo de reduzir as taxas de retenção, de elevar a qualidade da aprendizagem e o nível de sucesso dos alunos” (PEE, 2010:17). Pela leitura das **Figuras 12 e 13**, constatamos que apenas no ano de 2012/2013 as taxas de sucesso ficaram expressivamente abaixo dos valores nacionais: 10,3% no que respeita ao Ensino Básico, e 5,2% no Ensino Secundário.

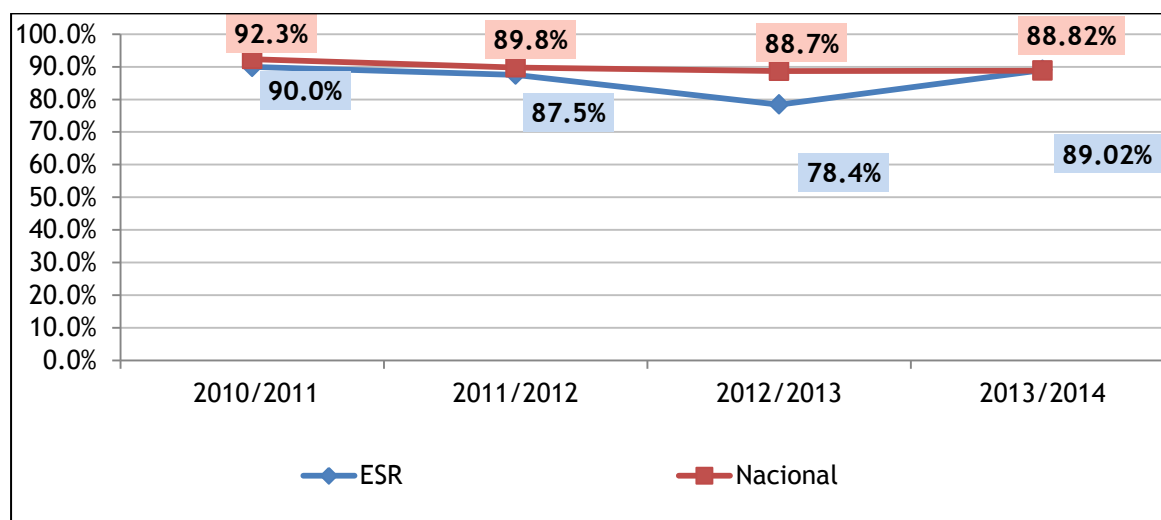


Figura 12 - Taxa de sucesso do Ensino Básico, dos anos letivos 2010/2011 a 2012/2013.

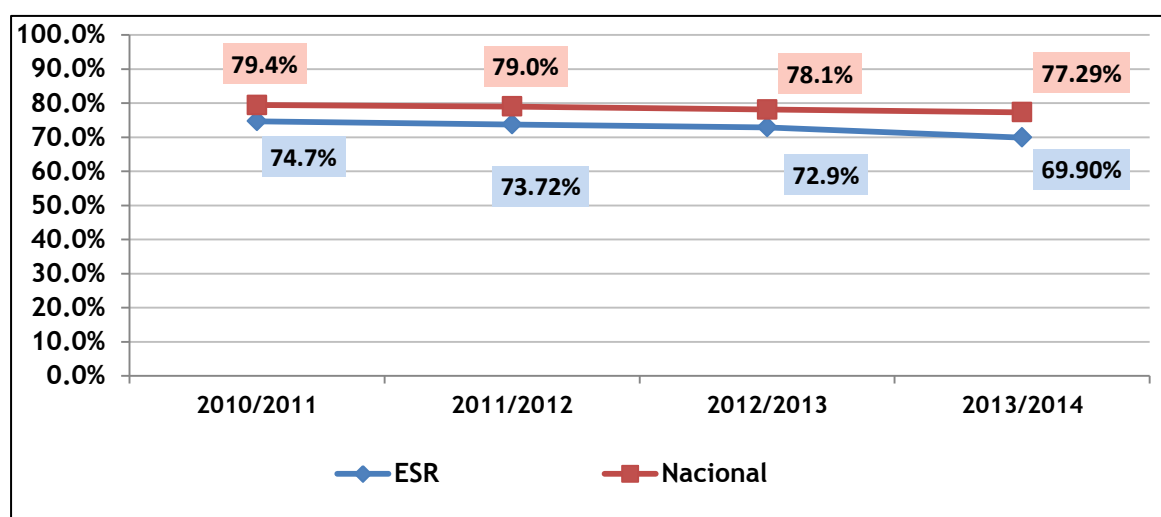


Figura 13 - Taxa de sucesso do Ensino Secundário, dos anos letivos 2010/2011 a 2013/2014.

O **Quadro V** apresenta a taxa de abandono dos alunos por ano de escolaridade, ao longo do período considerado. Para proceder ao levantamento destes dados foram seguidos alguns critérios. Estes prenderam-se, nomeadamente, com a não contabilização dos casos de mudança de turma ou de transferência para outras escolas e, no Ensino Secundário, com a contabilização das anulações de matrícula apenas quando ocorridas a todas as disciplinas, na medida em que, nessa situação, os alunos perderam o seu vínculo à Escola.

Verifica-se que a percentagem de abandono escolar com comunicação à CPCJ, no Ensino Básico, foi a seguinte: 2010/2011: 0%; 2011/2012: 0%; 2012/2013: 2,2% e 2013/2014: 0%. No Ensino Secundário não se verifica qualquer registo de abandono escolar.

Reconhece-se a existência de alunos que excluíram por faltas. Observamos percentagens de alunos excluídos por faltas no Ensino Básico: 2010/2011: 0,8%; 2011/2012: 3,4%; 2012/2013: 6,7% e 2013/2014: 0%, e no Ensino Secundário: 2010/2011: 0%; 2011/2012: 0%; 2012/2013: 0,3% e 2013/2014: 0,5%, considerando o universo de alunos matriculados em cada um dos anos letivos.

Quadro V - Taxa de abandono escolar, Exclusão por Faltas e Anulação de Matrícula no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário nos anos letivos de 2010/2011 a 2013/2014.

| | 2010/2011 | | | 2011/2012 | | | 2012/2013 | | | 2013/2014 | | |
|-----------------------------------|---|---------------------|-----------------------|---|---------------------|-----------------------|---|---------------------|-----------------------|---|---------------------|-----------------------|
| | Comunicação à CPCJ por Abandono Escolar | Exclusão por Faltas | Anulação de Matrícula | Comunicação à CPCJ por Abandono Escolar | Exclusão por Faltas | Anulação de Matrícula | Comunicação à CPCJ por Abandono Escolar | Exclusão por Faltas | Anulação de Matrícula | Comunicação à CPCJ por Abandono Escolar | Exclusão por Faltas | Anulação de Matrícula |
| 7.º Ano | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 2 | 17 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| 8.º Ano | 0 | 5 | 0 | 0 | 11 | 0 | 3 | 12 | 3 | 0 | 0 | 0 |
| 9.º Ano | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 18 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Total do Ensino Básico | 0 | 5 | 0 | 0 | 23 | 0 | 5 | 47 | 7 | 0 | 0 | 0 |
| 10.º Ano | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 5 | 0 | 1 | 3 |
| 11.º Ano | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 3 | 0 | 1 | 2 | 0 | 3 | 8 |
| 12.º Ano | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 6 | 0 | 0 | 3 |
| Total do Ensino Secundário | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 9 | 0 | 2 | 13 | 0 | 4 | 14 |

Na Escola existe o Projeto SEI como forma de superar o insucesso. De entre outras iniciativas, realça-se a existência de alunos que foram encaminhados para Cursos de Educação e Formação através do Projeto SEI.

3.2. Pais e Encarregados de Educação

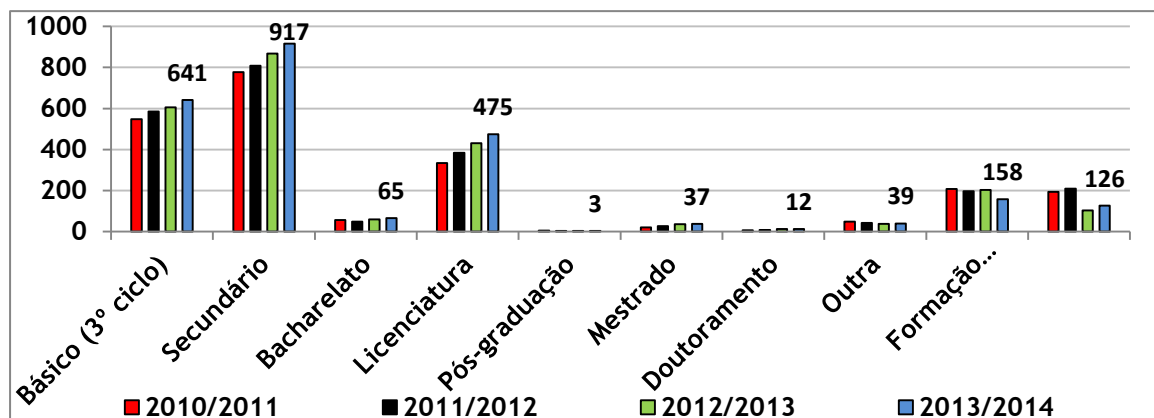


Figura 14 - Habilitações Académicas dos Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola nos anos letivos 2010/2011 a 2013/2014.

A **Figura 14** apresenta os dados relativos aos anos letivos 2010/2011 a 2013/2014, muito embora os rótulos dos dados apresentados sejam relativos a 2013/2014. Como se pode constatar, o indicador moda refere que as habilitações dos Pais e Encarregados de Educação dos alunos da Escola se situam ao nível da conclusão do Ensino Secundário (2010/2011: 29,28%; 2011/2012: 29,70%; 2012/2013: 30,52% e 2013/2014: 31,91%) e do 3.º Ciclo do Ensino Básico (2010/2011: 20,61%; 2011/2012: 21,48%; 2012/2013: 21,31% e 2013/2014: 22,30%).

3.3. Professores

Os dados constantes na **Figura 15**, que refere o número de professores existentes na Escola, têm relação direta com o número de horários existentes.

Ao longo destes quatro anos letivos verificamos que o número de professores decresceu significativamente (menos 22 professores, ou seja, menos 17.1%). É de salientar que a maioria dos professores pertence ao Quadro de Escola, o que proporciona equilíbrio e solidez organizacional.

Dos 19 professores que saíram do Quadro de Escola ao longo destes anos letivos, aposentaram-se 8 (2010/2011: 1; 2011/2012: 2 e 2012/2013: 5). Salienta-se o facto de 6 professores, no ano letivo de 2013/2014, com vínculo a um grupo Quadro de Escola (**Figura 15**) não serem do Quadro da Escola Secundária da Ramada.

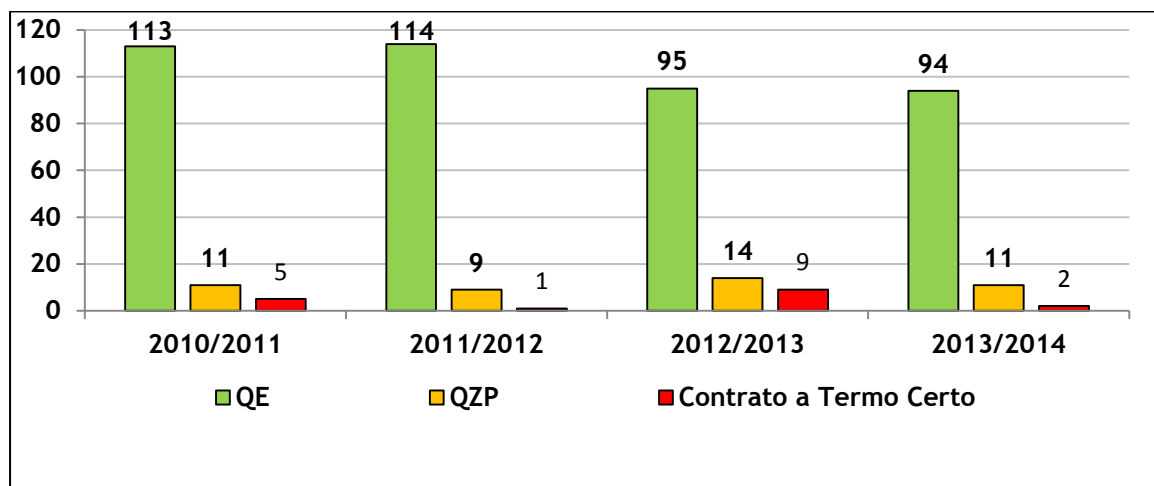


Figura 15 - Número de professores nos anos letivos de 2010-2011 a 2013/2014.

A maioria dos professores possui o grau de licenciatura. Constatamos, ainda, que aumentou a percentagem de professores que tem vindo a adquirir formação pós-graduada e especializada (Mestrado) - representavam respetivamente em 2010/2011: 13.17%; em 2011/2012: 13.70%; em 2012/2013: 14.40% e em 2013/2014: 16.82% do corpo docente. Verificamos que cresceu a percentagem de professores que adquiriu o grau de doutor.

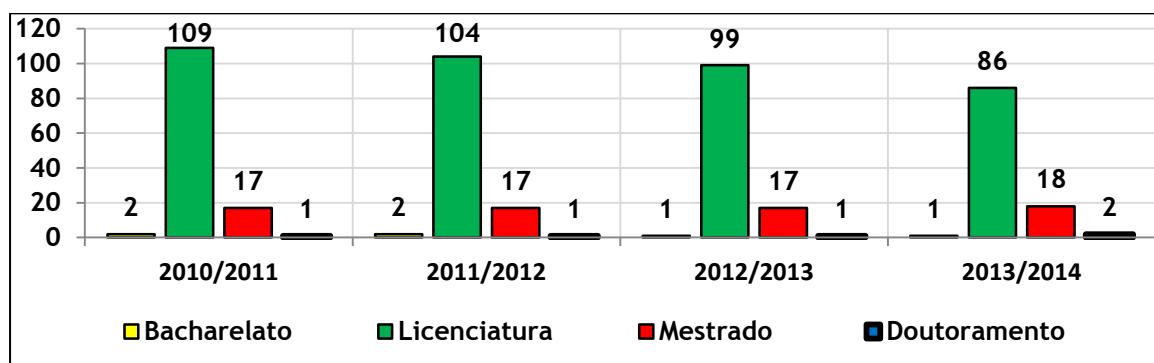


Figura 16 - Distribuição dos professores, por grau académico, nos anos letivos de 2010-2011 a 2013/2014.

3.4. Assistentes Técnicos e Operacionais

Os Assistentes Técnicos e Operacionais constituem uma mais-valia no apoio às atividades escolares desenvolvidas na Escola.

Pela análise da **Figura 17**, verificamos que o número de Assistentes Técnicos diminuiu e que, a partir de 2011/2012, aumentou o número de assistentes operacionais com Contrato a Termo.

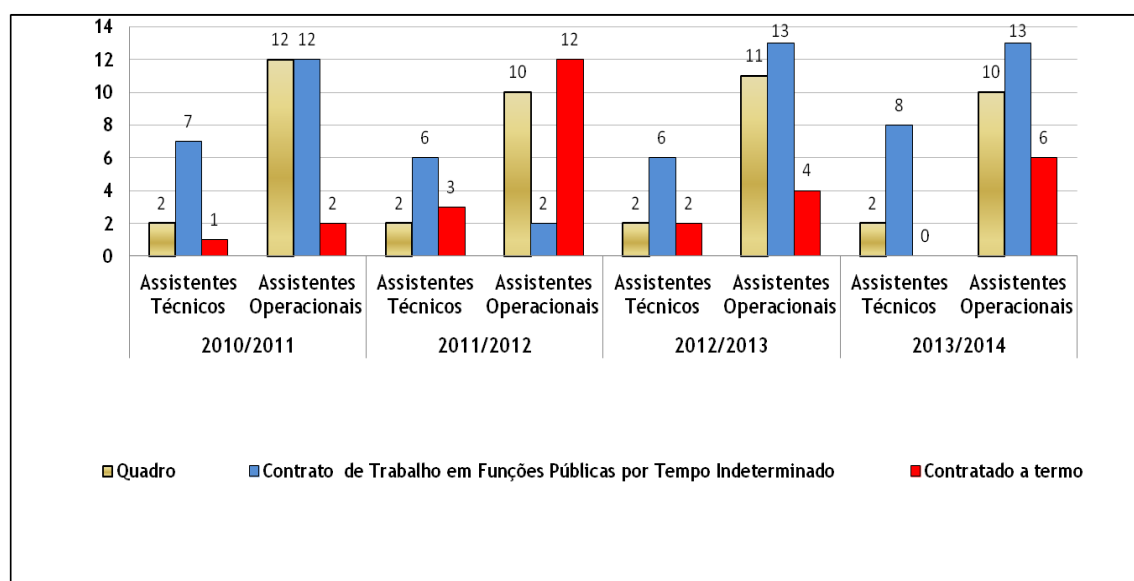


Figura 17 - Número dos Assistentes Técnicos e dos Assistentes Operacionais, nos anos letivos 2010/2011 a 2013/2014.

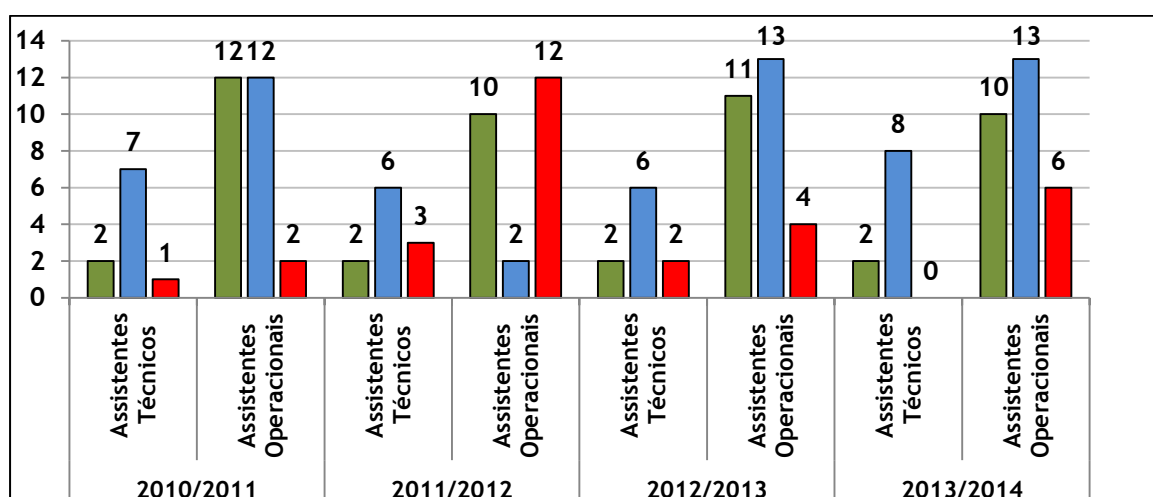


Figura 18 - Número dos Assistentes Técnicos e dos Assistentes Operacionais por categoria profissional, no final do ano letivo 2012/2013.

Constatamos que 60% dos Assistentes Técnicos detinham um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, enquanto 20% pertencia ao Quadro da Escola e os

restantes eram contratados a Termo. A sua formação académica concentra-se maioritariamente ao nível do Ensino Secundário. Como se pode verificar, 39,28% dos Assistentes Operacionais pertencem ao Quadro de Escola, 46,42% detêm Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e 14% possuem Contrato a Termo.

Relativamente aos Assistentes Operacionais, verificamos que 42,3% pertencem ao Quadro da Escola. Quanto à formação académica, 28,52% dos Assistentes Operacionais possuem o Ensino Secundário, e outros 28,52% o 3.º Ciclo do Ensino Básico, 14,29% detêm o 2.º Ciclo do Ensino Básico e 28,57% possui o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

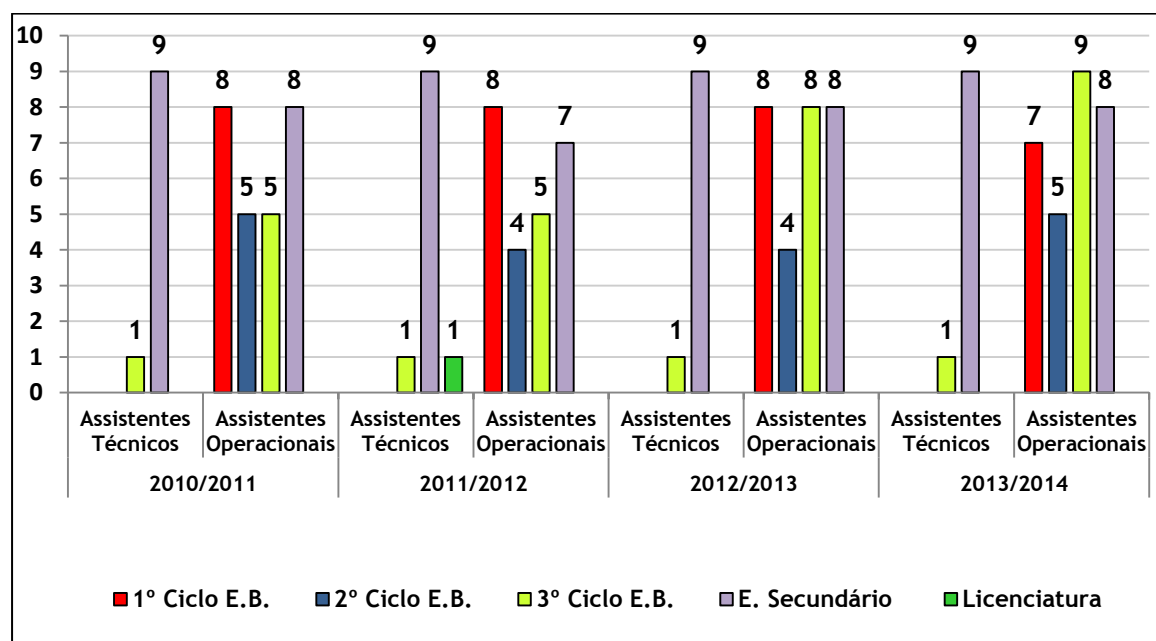


Figura 19 - Habilitações académicas possuídas pelos Assistentes Técnicos e Operacionais, no final do letivo 2012/2013.

3.5. Serviços de Apoio Técnico-Pedagógico

O Gabinete de Psicologia e Orientação Vocacional funciona na Escola. A partir do ano letivo 2012/2013, a psicóloga passou, contudo, a cumprir e a partilhar o seu horário de trabalho também noutra escola.

Considerando a totalidade dos alunos matriculados, constata-se que foi realizado o Acompanhamento de alunos, nos anos letivos de 2010/2011, a 2,11%; de 2011/2012 a 2,27%; de 2012/2013 a 1,68% e no ano letivo de 2013/2014 a 2,15%. No que se refere à Orientação Vocacional no Ensino Básico, considerando somente os alunos matriculados no 9º ano de Escolaridade, verificamos que a mesma foi realizada, no letivo 2010/2011, a 83,24%; no ano letivo de

2011/2012 a 82,14%; no ano letivo de 2012/2013 a 51,98% e no ano letivo de 2013/2014 a 91,16%.

Quadro VI - Número de alunos acompanhados pelo Gabinete de Psicologia e Orientação Vocacional.

| | 2010/2011 | 2011/2012 | 2012/2013 | 2013/2014 |
|---|------------|------------|------------|------------|
| Acompanhamen- to | 28 | 31 | 24 | 31 |
| Orientação Voca- cional no Ensino Básico | 154 | 161 | 118 | 227 |

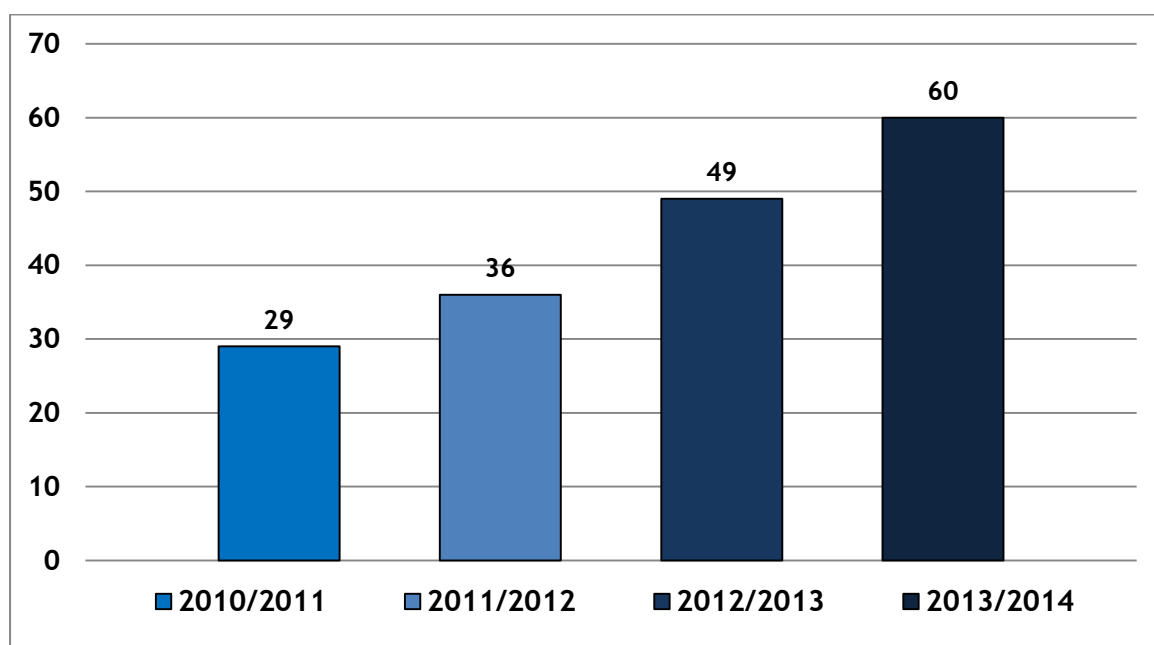


Figura 20 - Alunos com Necessidades Educativas Especiais nos anos letivos de 2010-2011 a 2013/2014.

O Departamento de Educação Especial procedeu à avaliação e acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais de Caráter Permanente. Verificamos um aumento significativo do número de alunos com NEEcp ao longo destes quatro anos letivos (2010/2011: 2,19%; 2011/2012: 2,64%; 2012/2013: 3,45% e 2013/2014: 4,18%).

É de salientar que, até ao ano letivo de 2013-2014, a Escola contou apenas com um professor de Educação Especial. Porém, neste ano letivo, detetou-se a necessidade da existência de dois professores, dado que:

- a Escola recebeu alunos com CEI (Currículo Específico Individual) para frequentarem o Ensino Secundário;
- se matricularam no 7º ano, abrangidos pela Educação Especial, alunos oriundos da escola geograficamente mais próxima.

Para além destes dois Serviços (Gabinete de Psicologia e Orientação Vocacional e Departamento de Educação Especial), o Projeto SEI realiza o acompanhamento de alunos (2010/2011: 3,32%; 2011/2012: 2,21%; 2012/2013: 2,28% e 2013/2014: 2,05%). Dos alunos apoiados por este projeto transitaram de ano 71,42%.

Quadro VII - Número de alunos acompanhados pelo Projeto SEI.

| | 2010/2011 | 2011/2012 | 2012/2013 | 2013/2014 |
|--------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Alunos Sinalizados | Alunos Sinalizados | Alunos Sinalizados | Alunos Sinalizados |
| 7º Ano | 10 | 2 | 7 | 8 |
| 8º Ano | 7 | 6 | 7 | 4 |
| 9º Ano | 3 | 7 | 2 | 2 |
| Totais | 20 | 15 | 16 | 14 |

Para além do acompanhamento, o Projeto SEI também encaminhou os alunos para outros percursos formativos ao longo destes quatro anos letivos (2010/2011: 1,66%; 2011/2012: 1,62%; 2012/2013: 0,75% e 2013/2014: 0,43%). A Escola possui uma parceria com o CRIE no acompanhamento a alguns alunos com NEEcp e com CEI.

EM SÍNTESE

A Escola Secundária da Ramada situa-se num concelho limítrofe da cidade de Lisboa - Odivelas - de criação ainda recente que tem vindo a afirmar a sua identidade para lá da subsidiariedade em relação à capital.

Verificou-se, nos últimos três anos, um acréscimo relevante do número de alunos (+15.5%) e um decréscimo do número de professores (-17.1%), significando necessariamente uma maior ocupação destes últimos nas atividades letivas e menores possibilidades de envolvimento em outras dimensões da vida da escola.

As taxas de sucesso escolar encontram-se, em geral, próximo da média nacional, o mesmo se podendo dizer quando se comparam os resultados da avaliação interna dos alunos com os resultados obtidos nas provas de avaliação externa.

A origem socioeconómica dos alunos é bastante heterogénea, predominando os filhos de empregados por conta de outrem. A percentagem de alunos que necessitam de Apoio Social Escolar cresceu significativamente nos últimos três anos, oscilando entre 4.6% e 8.72%, no Escalão

A, e entre 8.14% e 11.67% no Escalão B. Por outro lado, e em certo sentido, noutro extremo, há 72% de alunos que dispõem de computador com ligação à internet nas suas residências.

A origem sociocultural dos alunos é igualmente heterogénea, se atendermos à qualificação académica dos pais: a maioria destes possui o ensino secundário (917), seguindo-se o grupo com o 3º ciclo do ensino básico (641) e o grupo com formação de ensino superior (589). Com outros níveis de formação, registavam-se cerca de 300 pais.

A escola tem um corpo docente estável e qualificado profissionalmente.

Quanto ao pessoal não docente, constata-se maior precariedade do vínculo laboral, havendo 20% de assistentes técnicos e 14% de assistentes operacionais com contrato a termo certo.

A Escola Secundária da Ramada dispõe de edifícios e recursos materiais adequados à sua missão e tem tido um envolvimento relevante com a comunidade.

II PARTE: PRINCÍPIOS E OPÇÕES ESTRUTURANTES

1. O que queremos ser?

A ESR procura promover um “conjunto de princípios e valores que se deseja ver assumidos e conhecidos por toda a comunidade educativa, conforme consta do Plano Estratégico 2013 - 2017 (pp.6-7):

- a) Subordinação da ESR aos objetivos do serviço público de uma educação baseada na qualidade das aprendizagens;
- b) Garantia da equidade e igualdade de oportunidades;
- c) Promoção da inovação educacional;
- d) Desenvolvimento de uma cultura de avaliação, reflexão, análise e melhoria constantes;
- e) Promoção da educação para a cidadania;
- f) Desenvolvimento do trabalho em equipa;
- g) Preocupação com valores de solidariedade e voluntariado;
- h) Defesa de um ambiente livre e sustentável económico e socialmente;
- i) Abertura da escola ao meio”.

No horizonte da concretização destes princípios está o propósito de elevar a qualidade das aprendizagens, especialmente dos alunos, mas também da escola como uma organização. E de envolver a comunidade, particularmente os pais e encarregados de educação, num esforço partilhado visando aquela concretização.

2. A Qualidade na Aprendizagem

A promoção do sucesso é a principal razão que impõe a alteração da forma como se pensa a escola e como nela se trabalha. Esta intenção significa que todos e cada um dos professores da escola terão que trabalhar para que todos e cada um dos seus alunos aprendam a aprender, sendo que esta aprendizagem deverá estar sustentada pelos quatro pilares da educação que a UNESCO elegeu para o século XXI:

- * Aprender a conhecer - sendo o conhecimento entendido como uma ferramenta para atingir novos conhecimentos;
- * Aprender a fazer - desenvolvendo habilidades operacionais também elas apoiadas pelo conhecimento, que atribuem ao trabalho um enorme valor;
- * Aprender a conviver - indispensável nesta aldeia global em que todos vivemos juntos e cuja viabilidade depende da salvaguarda de valores fundamentais como o meio ambiente, a democracia, a liberdade ou os direitos humanos;
- * Aprender a ser - necessidade de fazer prevalecer os valores morais sobre os valores materiais, com a prevalência do ser sobre o ter.

Ao colocarmos no aprender o grande objetivo dos processos de ensino e de aprendizagem, estamos a considerar que o foco incidirá sobre o aluno. Ao professor caberá ser o agente promotor das mudanças que ocorrerão no aluno.

As práticas avaliativas, que devem resultar de uma interação baseada na confiança e na cumplicidade entre o professor e cada aluno e entre os alunos e os seus pares, possibilitam aos alunos adquirir ferramentas para desenvolver uma autoavaliação crítica e objetiva a qual, por sua vez, está na génese de competências de autorregulação. A autoavaliação deverá permitir uma corresponsabilização e reflexão sobre o que aprende, a sua postura perante essa aprendizagem, a forma como se envolve na mesma e as competências que adquire.

A Escola tem de promover e estar atenta ao desenvolvimento harmonioso de todos e de cada um; terá de promover o verdadeiro saber e não somente a convivência social (cf. Patrício, 1997); terá de assumir-se como pólo de cultura, atenta às necessidades sociais do contexto em que se insere, com especial relevo para as necessidades sociais dos alunos (cf. Casanova, 2005), colocando de forma central a questão da diferenciação pedagógica, valorizando e integrando a cultura dos alunos; sendo geradora da inclusão, em que o envolvimento de todos e de cada um é fundamental.

O trabalho colaborativo deve ser uma prática sistemática e sistémica entre os membros da comunidade educativa na identificação dos problemas e delineamento de ações de melhoria, reguladoras de processos e de resultados. É indispensável que o Projeto Educativo promova um pensamento articulado com a ação e uma reflexão conjuntas capazes de sustentar decisões informadas e seguras.

A Escola: 1. acredita que todos os alunos podem aprender; 2. assume que é responsável pela aprendizagem; 3. aceita que a “qualidade da educação só pode ser julgada por referência aos resultados “alcançados por “todos” ... avaliados em termos de equidade” (Bolívar, 2003: 31); dá ênfase ao trabalho conjunto, baseado no sentido de comunidade e visão partilhada do Projeto Educativo.

A Escola identifica, como seus, os seguintes valores:

- justiça, igualdade, solidariedade, respeito, companheirismo, liberdade de expressão, igualdade de direitos e oportunidades, tolerância, fraternidade, interajuda, democracia, profissionalismo, autonomia, competência, empreendedorismo e disciplina; a qualidade do ensino, da aprendizagem e o sucesso escolar.

De acordo com a finalidade do Projeto Educativo: ***Fazer emergir a qualidade do Saber em toda a comunidade educativa***, apresentamos no **Quadro VIII** as metas que se desejam alcançar.

Quadro VIII - Dimensões e Metas.

| Dimensões | Metas |
|--|--|
| A. Ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos | <p>1. Organizar anualmente atividades que promovam o ensino, a aprendizagem e a coesão das relações internas.</p> <p><u>Ensino Básico:</u></p> <p>2. Manter acima da média nacional as taxas de transição no 7º e 8º anos (média dos últimos 3 anos escolares).</p> <p>3. Igualar a média de conclusão do 9º ano à média nacional.</p> <p>4. Aumentar a percentagem de alunos que concluem o ciclo em 3 anos (referência à média obtida nos últimos 3 anos escolares).</p> <p>5. Aproximar os resultados no exame nacional da disciplina de Matemática à média nacional.</p> <p>6. Manter os resultados no exame nacional da disciplina de Português acima da média nacional.</p> <p>7. Assegurar uma taxa de abandono inferior a 1%.</p> <p><u>Ensino Secundário e/ou Profissional:</u></p> <p>8. Melhorar a taxa de transição do 10º ano, até igualar a média nacional.</p> <p>9. Manter a taxa de transição do 11º ano tendo por referência a média nacional.</p> <p>10. Aproximar a taxa de conclusão do 12º ano da média nacional.</p> <p>11. Assegurar que a diferença entre a média nacional dos exames e a média dos exames na escola, para alunos internos, não seja superior a 0,3, em cada uma das disciplinas sujeitas a exame.</p> <p>12. Aumentar a percentagem de alunos que concluem o Ensino Secundário/Profissional em 3 anos.</p> <p>13. Assegurar uma taxa de abandono inferior a 1%. Melhorar a taxa de transição do 10º ano, até igualar a média nacional.</p> <p>14. Articular o Projeto Curricular de Escola com os Planos de Trabalho das Turmas.</p> |

Quadro VIII - Dimensões e Metas. (continuação)

| Dimensões | Metas |
|--|--|
| B. A escola e a comunidade | 15. Aumentar a eficácia do Gabinete de Mediação, medido através da diminuição do número de reincidências ao longo do ano letivo em relação aos alunos referenciados. 16. Não ultrapassar uma taxa de 3% de alunos com participações disciplinares. 17. Desenvolver anualmente atividades solidárias e empreendedoras que envolvam a comunidade educativa. 18. Reforçar a identidade da escola e a projeção da sua imagem na comunidade. 19. Fomentar anualmente atividades promotoras de vida saudável que envolvam a comunidade educativa. 20. Criar o Gabinete de Apoio ao Aluno. 21. Lecionar Educação Sexual em todas as turmas do ensino básico em Oferta Complementar. 22. Fomentar a prevenção primária nas áreas dos comportamentos Aditivos e Sexuais de risco; Educação Alimentar e Atividade Física e Violência Intrapares. 23. Promover anualmente atividades de caráter cultural, cívico e artístico. |
| C. Liderança e gestão | 24. Assegurar a eficácia dos canais e plataformas de comunicação e interação internos. 25. Liderar, organizar e gerir eficientemente a Escola. |
| D. Formação da comunidade educativa | 26. Incentivar a formação contínua a todos os professores, assistentes técnicos e operacionais de acordo com as necessidades da Escola. 27. Contribuir para a melhoria do desempenho dos Pais e Encarregados de Educação através de formação específica em parceria com entidades externas. |
| E. Avaliação da Escola | 28. Envolver 60% dos elementos da comunidade educativa na Avaliação Interna. 29. Atingir 80% dos objetivos em cada ação de melhoria implementada na Escola. |

3. Projeto Curricular: Aprendizagem e Avaliação

3.1 Algumas opções curriculares

Neste ponto apresentamos as linhas gerais do Projeto Curricular da Escola, o qual será especificado em documento autónomo.

Na Escola coexistem duas dimensões da aprendizagem: a dimensão formal e a dimensão informal (cf. Escámez, 1988). A dimensão formal constrói, organiza e planifica a aprendizagem de acordo com os objetivos que se visam atingir, as competências a adquirir e o ritmo próprio de cada aluno inserido no seu contexto. Na dimensão informal, a aprendizagem realiza-se nos diferentes espaços e tempos em que o aluno permanece na Escola (cf. Casanova, 2005: 182).

Os critérios de oferta educativa da Escola, na Componente de Formação Específica do Ensino Secundário, estão relacionados com as necessidades e interesses dos alunos. Relativamente aos cursos profissionais os critérios têm em conta os recursos existentes na Escola, as

necessidades formativas do meio envolvente e a relevância social da qualificação (Portaria n.º 550-C/2004 de 21 de Maio conjugado com o Portaria 74-A/2013). Neste sentido, a Escola possui como oferta formativa:

- **3.º Ciclo do Ensino Básico**

- **Ensino Secundário:**
 - Cursos Científico-Humanísticos;
 - Ciências e Tecnologias;
 - Ciências Socioeconómicas;
 - Línguas e Humanidades;
 - Artes Visuais;

- **Curso Profissional:**
 - Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos;
 - Técnico de Energias Renováveis.

Uma escola que focaliza o seu trabalho no aluno e nas suas aprendizagens elege o conselho de turma como uma estrutura fundamental, onde se realiza a monitorização do desenvolvimento de cada aluno. Partindo do Currículo Nacional, os professores organizam o trabalho a desenvolver com os alunos tendo em consideração a aferição de critérios e estratégias articuladas em Departamento e adaptadas ao contexto da turma.

Ao invés, os nossos currículos continuam muito organizados numa perspetiva multidisciplinar, com os seus conteúdos distribuídos por “compartimentos estanques”, as disciplinas.

É face a esta constatação que a escola incentiva e dinamiza um conjunto importante de projetos curriculares não disciplinares, visando, entre outras finalidades, a concretização da interdisciplinaridade.

A Escola encontra-se particularmente atenta à inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, promovendo projetos de desenvolvimento do currículo adaptados às necessidades específicas destes alunos.

O Desporto Escolar encontra-se em desenvolvimento na Escola. Tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento integral do aluno através da sua educação motora. Contribui para o combate ao insucesso e ao abandono escolar, promovendo a inclusão, a aquisição de hábitos de vida saudável e a formação integral dos jovens em idade escolar, através da prática de atividades físicas e desportivas.

O Projeto Educação para a Saúde, implementado ao longo de todo o percurso escolar, tem como grande finalidade contribuir para uma visão integral do ser humano que considera as pessoas, em especial os adolescentes, dentro do seu ambiente familiar, comunitário e social, surgindo transversalmente em todas as Disciplinas Curriculares.

O Projeto Tutoria tem como finalidade facilitar a integração, contribuir para a erradicação do abandono escolar e diminuir o insucesso escolar. Para este efeito, designam-se professo-

res tutores para acompanhamento do processo educativo de um grupo de alunos ou de alunos individualmente (Decreto-Lei n.º 137/2012, art. 44, ponto 4).

3.2. Avaliação das aprendizagens dos alunos

A avaliação faz parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, pois é dela que depende o que se ensina, como se ensina, o que se aprende e como se aprende. A avaliação tem como finalidade a regulação de todo o processo, ao permitir aos alunos, às suas famílias e aos professores, acompanhar a construção das aprendizagens e em simultâneo identificar as dificuldades e adotar estratégias para as superar.

A coerência entre currículo e avaliação constitui um eixo central no ajustamento curricular, sendo o que mais mudanças introduz na prática letiva dos professores e no êxito das aprendizagens dos alunos. Para tal será necessário:

- a) recorrer a tarefas de avaliação o mais abertas e variadas possível;
- b) diversificar as estratégias, as técnicas e os instrumentos utilizados na recolha de informação;
- c) desenvolver uma avaliação que informe, tão claramente quanto possível, acerca do que, em cada momento, cada estudante precisa de saber;
- d) analisar de forma deliberada e sistemática a informação avaliativa recolhida junto dos alunos.

... o ponto de partida do ensino tem que ser a avaliação, e não os conteúdos curriculares (com toda a importância que têm), propondo que se avaliem não apenas os resultados (algo necessário), mas que também se avaliem os processos de aprendizagem. São estes últimos os que permitem aos professores oferecer aos seus alunos um apoio pedagógico sistemático e ajustado às suas possibilidades de aprendizagem e que garanta a continuidade dos seus processos de aprendizagem. (Boggino, 2009, p.79)

Os critérios de avaliação deverão resultar da implementação dos documentos estruturantes da Escola e de reflexão realizada ao nível das Estruturas de Coordenação e de Gestão, nomeadamente os Departamentos Curriculares e o Conselho Pedagógico. Os Critérios de Avaliação Gerais de Escola partilhados por todas as disciplinas, permitem que estas definam os seus critérios específicos. Ambos, critérios gerais e específicos, visam a uniformização dos procedimentos avaliativos.

No que se refere ao 3º Ciclo do Ensino Básico o Domínio Cognitivo-motor tem um peso de 90% e as competências do Domínio das Atitudes e Valores têm um peso de 10% na classificação final dos alunos. Relativamente ao Ensino Secundário, o Domínio Cognitivo-Motor tem um peso de 100% na classificação final dos alunos. No Ensino Profissional o Domínio Cognitivo-motor

tem um peso de 80% e as competências do Domínio das Atitudes e Valores têm um peso de 20% na classificação final dos alunos.

Consideram-se fatores de ponderação na progressão/retenção dos alunos, para além do disposto no artigo 12º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro:

- o progresso nas metas de aprendizagem;
- a idade/maturidade;
- a assiduidade;
- os comportamentos/atitude;
- retenção repetida;
- competências na Língua Materna;
- frequência regular/empenhada das Atividades de Apoio;
- reorientação do percurso escolar.

4. Critérios para a Constituição de Turmas

e

Elaboração de Horários

A Escola no seu quadro de autonomia elabora um conjunto de critérios que regem a constituição das turmas e a elaboração dos horários, considerando os normativos em vigor (Anexos 1 e 2). Estes definem normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos por turmas, horários para os alunos e para os professores.

III – PARTE: PRO QUALITATE - DIMENSÕES, METAS E ESTRATÉGIAS

1. Cenário para a Melhoria

A melhoria das organizações tem que se basear na identificação dos elementos chave para realizar opções fundamentadas. Assim, há que efetuar uma síntese das análises internas e externas, estabelecer prioridades de atuação, preparar opções estratégicas (riscos/problemas a resolver), fortalecer os pontos positivos, indicar quais os pontos que carecem de melhoria mostrando caminhos de crescimento, apresentar as oportunidades e alertar para os riscos.

O presente Projeto Educativo teve em atenção os dados apresentados no relatório da Avaliação Externa, o Projeto Educativo de 2010-2013 e a análise *SWOT constante* do Plano Estratégico do Diretor (2013 - 2017), o qual servirá de referencial para as dimensões, áreas, objetivos, ações a desenvolver, recursos e metas do presente PEE.

Quadro IX - Análise SWOT (adapt. Plano Estratégico, 2013 - 2017: 16).

| Principais Forças | Pontos a melhorar |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Abrangência e dimensão da ESR, • Boa reputação e prestígio na comunidade; • Compromisso com o rigor, a transparência e a qualidade; • Ambiente tranquilo e agradável; • Qualidade do PD e PND; • Forte aposta na modernização; • Parque tecnológico moderno. | <ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do sucesso; • Gestão articulada do currículo; • Contextualização do currículo; • Abertura ao meio; • Trabalho colaborativo entre PD; • Acompanhamento e supervisão da prática letiva; • Aferição de critérios e instrumentos de avaliação; • Sentido de pertença à escola. |
| Principais Oportunidades | Principais Ameaças |
| <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento público crescente do serviço educativo prestado pela ESR; • Aumento da procura da ESR; • Consolidação de boas relações institucionais com as escolas envolvidas e com o poder local; • Estratégia de uma gestão orçamental rigorosa, eficiente e eficaz geradora de recursos financeiros complementares ao OE; • Clima organizacional estável, dinâmico, motivado e inovador; • Parque tecnológico moderno e grupo de trabalho com boa resposta à inovação. | <ul style="list-style-type: none"> • Impacto da crise económica e social em Portugal e na área da ESR; • Perda de pessoal docente altamente qualificado em consequência do número crescente de pedidos de aposentação; • Perda de pessoal não docente especializado em consequência do número crescente de pedidos de aposentação; • Manutenção de uma estrutura com mais de 30 anos e sem intervenções profundas nos últimos anos; • Expectável diminuição real dos recursos financeiros do OE. |

Acrescem ainda como ameaças a insuficiência de instalações da Escola face ao elevado número de alunos e turmas, a escassez de espaços destinados a gabinetes de trabalho necessários ao desenvolvimento do trabalho colaborativo e ainda dificuldades de gestão do tempo devido à dispersão do trabalho docente. Para além destes aspetos, temos a perceção de que um número crescente de alunos apresenta fracas expectativas relativamente ao seu futuro.

Ao analisarmos o **Quadro IX**, verificamos que os pontos a melhorar se centram na qualidade do sucesso, na gestão articulada do currículo, na sua contextualização, na abertura ao meio, no trabalho colaborativo entre docentes, no acompanhamento e supervisão da prática letiva, na aferição de critérios e instrumentos de avaliação e no sentido de pertença à escola.

Perante este cenário, a escola estabelece prioridades, metas de atuação nos seguintes domínios:

- O Ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos;
- A escola e a comunidade;
- A Liderança e gestão;
- A Formação da comunidade educativa;
- A Avaliação da escola.

Para que as Metas apresentadas possam ser atingidas são necessários os seguintes recursos:

- | | |
|---|---|
| ❖ Alunos | ❖ Plano Estratégico dos Conselhos de Diretores de Turma |
| ❖ Biblioteca Escolar | ❖ Planos de Trabalho das Turmas |
| ❖ Centros de formação | ❖ Plataformas digitais |
| ❖ Departamentos Curriculares, Serviços e Estruturas | ❖ Professores |
| ❖ Departamentos, Serviços e Estruturas | ❖ Programas e normativos |
| ❖ Documentos identitários | ❖ Projeto Curricular |
| ❖ GAMD | ❖ Projeto SEI |
| ❖ Instrumentos de avaliação | ❖ Protocolos |
| ❖ Pais e Encarregados de Educação | ❖ Relatórios |
| ❖ Parceiros | ❖ SPO |
| ❖ Plano Estratégico do Diretor | |

2. Dimensões, metas e estratégias específicas

Apresentamos o organigrama do modo como organizamos as metas que desejamos atingir ao longo do triénio de 2014-2017.

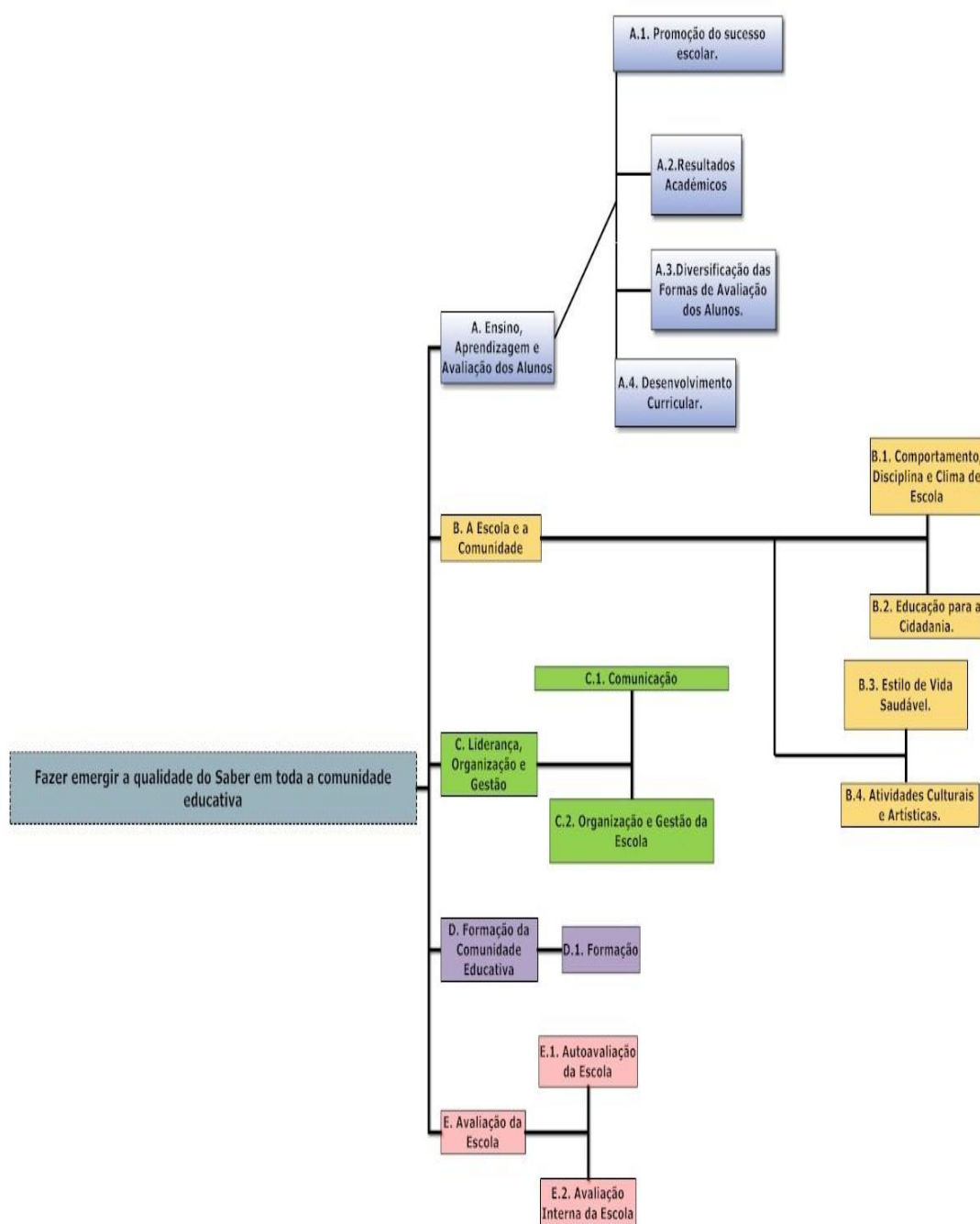


Figura 24 - Finalidade, Dimensões e Áreas do PEE.

Quadro X - Dimensão: A. Ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|--|---|---|---|
| A.1. Promoção do sucesso escolar. A.2. Resultados académicos. A.3. Diversificação das formas de avaliação dos alunos. | Promover o ensino, a aprendizagem e a coesão das relações internas. | 1. Organizar anualmente atividades que promovam o ensino, a aprendizagem e a coesão das relações internas. <u>Ensino Básico:</u> | ❖ Promoção de atividades que valorizem a diversidade experiências que contribuam para aprendizagem e a coesão das relações internas. ❖ Valorização da diversidade de metodologias e estratégias educativas. ❖ Otimização da sequencialidade entre o Ensino Básico e Secundário. |
| | Consolidar uma cultura de qualidade, responsabilidade e rigor entre os diferentes agentes educativos. | 2. Manter acima da média nacional as taxas de transição no 7º e 8º anos (média dos últimos 3 anos escolares). 3. Igualar a média de conclusão do 9º ano à média nacional. 4. Aumentar a percentagem de alunos que concluem o ciclo em 3 anos (referência à média obtida nos últimos 3 anos escolares). 5. Aproximar os resultados no exame nacional da disciplina de Matemática à média nacional. 6. Manter os resultados no exame nacional da disciplina de Português acima da média nacional. 7. Assegurar uma taxa de abandono inferior a 1%. | ❖ Reforço do papel do Diretor de Turma, visando uma eficaz gestão curricular e uma eficiente gestão de conflitos. ❖ Gestão do Conselho de Turma para deteção de problemas e dificuldades, reflexão e esboço de estratégias de atuação e consecução das mesmas. ❖ Promoção da utilização correta da Língua Portuguesa. ❖ Literacia da leitura e da informação. ❖ Reflexão sobre a avaliação dos alunos no que respeita: <ul style="list-style-type: none"> • à aplicação dos critérios e instrumentos de avaliação; • ao cumprimento das estratégias definidas e dos procedimentos implementados; • à elaboração e utilização de instrumentos de registo; • aos resultados escolares e sua evolução. |
| | Refletir sobre a avaliação dos alunos e da eficácia das aprendizagens e do ensino. | <u>Ensino Secundário e/ou Profissional:</u> | ❖ Envolvimento/ responsabilização dos Pais e E.E. na construção dos percursos escolares dos seus educandos. |
| | | 8. Melhorar a taxa de transição do 10º ano, até igualar a média nacional. 9. Manter a taxa de transição do 11º ano tendo por referência a média nacional. 10. Aproximar a taxa de conclusão do 12º ano da média nacional. 11. Assegurar que a diferença entre a média nacional dos exames e a média dos exames na escola, para alunos internos, não seja superior a 0,3, em cada uma das disciplinas sujeitas a exame. 12. Aumentar a percentagem de alunos que concluem o Ensino Secundário/Profissional em 3 anos. 13. Assegurar uma taxa de abandono inferior a 1%. | |

Quadro X - Dimensão: A. Ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos

(continuação)

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|----------------------------------|--|--|--|
| A.4. Desenvolvimento curricular. | Realizar trabalho colaborativo entre diferentes professores e estruturas. Promover práticas inovadoras de modo a melhorar a eficácia das aprendizagens. | 14. Articular o Projeto Curricular de Escola com os Planos de Trabalho das Turmas. | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Desenvolvimento de trabalho colaborativo entre docentes. ❖ Promoção das aulas em parceria. ❖ Fomento de trabalho interpares para partilha: <ul style="list-style-type: none"> • de práticas boas dentro da sala de aula considerando o contexto de cada turma; • de processos equitativos de avaliação dos alunos. ❖ Apoio ao desenvolvimento de experimentação e inovação pedagógicas. ❖ Reflexão-ação sobre a eficácia das aprendizagens, no que concerne: <ul style="list-style-type: none"> • à monitorização interna do desenvolvimento do currículo; • às atividades de enriquecimento e de complemento curricular. • à rentabilização dos recursos educativos e do tempo dedicado às aprendizagens; • à inclusão dos alunos; • à diferenciação Pedagógica e ao Trabalho de Projeto. ❖ Melhoria da coordenação dos Projetos existentes na Escola. ❖ Organização de atividades de apoio ao currículo e aprendizagens dos alunos por parte da Biblioteca, de outras estruturas, serviços e projetos. ❖ Transição da Escola para o Ensino Superior e para o Mercado de Trabalho. ❖ Reforço do papel estratégico do SPO e da Educação Especial. |

Quadro XI - Dimensão: **B. A escola e a Comunidade**

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|--|---|---|---|
| B.1. Comportamento, disciplina e clima de escola. | Promover estratégias para a resolução de conflitos. | 15. Aumentar a eficácia do Gabinete de Mediação, medido através da diminuição do número de reincidências ao longo do ano letivo em relação aos alunos referenciados. | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Desenvolvimento de atividades e estruturas de intervenção promotoras de: <ul style="list-style-type: none"> • prevenção e gestão de conflitos nomeadamente através de Tutorias e do Gabinete de Apoio e Mediação Disciplinar; • comportamentos adequados à aprendizagem em sala de aula: <i>empowerment</i>, comunicação, interação, negociação, responsabilização, feedback, ... • abordagens positivas dos erros; • formação de delegados e subdelegados. ❖ Uniformização de critérios de atuação dos professores face a problemas disciplinares. ❖ Criação da figura do Provedor do Aluno. ❖ Conceção de um código de conduta que enumere de forma simples e objetiva as regras e comportamentos os alunos. ❖ Desenvolvimento de estratégias promotoras do uso eficaz e eficiente do tempo de aula. ❖ Incremento de processos promotores do mérito. ❖ Distinção da melhor turma por ciclo englobando os diferentes domínios do Saber. |
| | Promover um clima de sala de aula favorável ao desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem. | 16. Não ultrapassar uma taxa de 3% de alunos com participações disciplinares. | |
| B.2. Educação para a cidadania. | Desenvolver uma cultura de motivação, integração, confiança e de sentido de pertença à Escola. | 17. Desenvolver anualmente atividades solidárias e empreendedoras que envolvam a comunidade educativa. | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Desenvolvimento de atividades promotoras de: <ul style="list-style-type: none"> • ações solidárias e de interajuda que contribuam para uma cultura em valores; • estabelecimento de protocolos com entidades para a realização de ações de solidariedade e de interajuda. • uma consciência inovadora e empreendedora; • valores, atitudes e comportamentos tolerantes e solidários; • utilização correta dos recursos materiais existentes, de sustentabilidade ambiental e do valor do património cultural. ❖ Incentivo à participação dos alunos nas estruturas de gestão e na Associação de Estudantes. ❖ Melhoria da comunicação entre os delegados de turma e os restantes alunos da mesma. ❖ Criação de um hino. ❖ Participação da Escola em: <ul style="list-style-type: none"> • redes de apoio à comunidade (RIVDPV, ...); • projetos locais, nacionais ou estrangeiros (formativos, culturais, sociais, desporto, lazer, ...). ❖ Otimização de parcerias e protocolos. |
| | | 18. Reforçar a identidade da escola e a projeção da sua imagem na comunidade. | |

Quadro XI - Dimensão: B. A Escola e a Comunidade (continuação)

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|---|--|---|---|
| B.3. Estilo de vida saudável. | Incentivar um estilo de vida saudável. | 19. Fomentar anualmente atividades promotoras de vida saudável que envolvam a comunidade educativa. | ❖ Incentivo e apoio no âmbito da: <ul style="list-style-type: none"> • educação ambiental, • da educação para a saúde; • prática regular do exercício físico; • da educação para o consumo; • da educação cívica; • da educação financeira. |
| B.4. Promoção da saúde. | Aumentar as competências da comunidade educativa na promoção da saúde; | 20. Criar o Gabinete de Apoio ao Aluno. 21. Lecionar Educação Sexual em todas as turmas do ensino básico em Oferta Complementar. | ❖ Criação do Gabinete de Apoio ao Aluno. ❖ Separação/reciclagem/reutilização de materiais. ❖ Celebração de Dias Temáticos com a colaboração dos parceiros do PES e apresentação de trabalhos dos alunos ❖ Enfermeiro do Centro de Saúde no GAA; ❖ Atividades de carácter continuado com todas as turmas do Ensino Básico e 10ºs anos. |
| B.5. Atividades culturais e artísticas. | Promover atividades de carácter culturais e artísticas. | 22. Fomentar a prevenção primária nas áreas dos comportamentos Aditivos e Sexuais de risco; Educação Alimentar e Atividade Física e Violência Intrapares. 23. Promover anualmente atividades de carácter cultural, cívico e artístico. | ❖ Promoção de atividades de carácter cultural e artístico: <ul style="list-style-type: none"> • abertura da escola à comunidade educativa; • promoção de atividades culturais; • responsabilização da Associação de Pais, Alunos, Professores e dos antigos alunos da ESR. ❖ Realização de atividades de acolhimento aos novos alunos e docentes na Escola. ❖ Organização de convívios e de outras atividades facilitadoras da participação dos diversos elementos da comunidade educativa. |

Quadro XII - Dimensão: C. Liderança, Organização e Gestão

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|--|--|---|--|
| C.1. Comunicação | Consolidar os processos comunicacionais entre todos os elementos da comunidade educativa. | 24. Assegurar a eficácia dos canais e plataformas de comunicação e interação internos. | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Implementação de um circuito de comunicação (interna e externa) assente na divulgação eficaz de todo o tipo de informação relevante. ❖ Melhoria da funcionalidade da página eletrónica da escola. ❖ Utilização da plataforma Moodle. ❖ Implementação de um sistema de alerta SMS com os EE para comunicar aspetos considerados urgentes. |
| C.2. Organização e gestão da Escola | <p>Fomentar lideranças intermédias no sentido de promover o sucesso dos alunos.</p> <p>Gerir de forma eficiente os recursos humanos e materiais.</p> | 25. Liderar, organizar e gerir eficientemente a Escola. | <ul style="list-style-type: none"> ❖ Execução do Plano Estratégico elaborado pelo Diretor para o triénio 2014 - 2017. ❖ Elaboração dos documentos Identitários da Escola de forma integrada e articulada. ❖ Delegação e articulação de competências entre as diferentes estruturas e serviços. ❖ Constituição de equipas de trabalho para a execução de planos de melhoria e intervenção no desempenho da Escola. ❖ Fomento de trabalho inter pares para avaliação das estruturas e/ou serviços. ❖ Realização de reuniões por ano, com caráter mensal, entre os Diretores de Turma e o(s) Coordenadores para análise de casos. ❖ Gestão do património numa lógica de serviço à comunidade e da sua preservação. ❖ Redução nos consumos energéticos, da água, do papel e dos consumíveis. ❖ Incentivo ao cumprimento de normas de segurança e higiene no trabalho. ❖ Otimização dos recursos existentes na Escola. ❖ Melhoria da qualidade na execução do Plano de Emergência. |

Quadro XIII - Dimensão: D. Formação da Comunidade Educativa

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|-------------|--|---|--|
| D. Formação | <p>Elaborar o Plano de Formação de Escola.</p> <p>Proporcionar desenvolvimento profissional a todo o corpo docente e não docente.</p> <p>Fomentar a formação de Pais e Encarregados de Educação.</p> | <p>26. Incentivar a formação contínua a todos os professores, assistentes técnicos e operacionais de acordo com as necessidades da Escola.</p> <p>27. Contribuir para a melhoria do desempenho dos Pais e Encarregados de Educação através de formação específica em parceria com entidades externas.</p> | <p>❖ Identificação das necessidades formativas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Professores; • Assistentes Técnicos; • Assistentes Operacionais; • Pais e Encarregados de Educação. <p>❖ Elaboração e implementação de Planos de Formação estruturados de acordo com as necessidades formativas identificadas em contexto.</p> <p>❖ Apoio a projetos de formação para Pais e Encarregados de Educação e para alunos promovidos por parcerias, organizações e entidades externas à Escola.</p> <p>❖ Incremento de formação interna indo ao encontro das necessidades diagnosticadas.</p> <p>❖ Partilha de saberes entre pares numa perspetiva de enriquecimento profissional, pessoal e relacional.</p> |

Quadro XIV - Dimensão: E. Avaliação da Escola

| Áreas | Objetivos | Metas | Possíveis Estratégias/Ações a desenvolver |
|--------------------------------|---|--|---|
| E. Autoavaliação da Escola | Desenvolver uma cultura de autoavaliação contínua do desempenho da Escola. | 28. Envolver 60% dos elementos da comunidade educativa na Avaliação Interna. | <p>❖ Recolha de dados para a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • autoavaliação da Escola; • avaliação Interna da Escola. <p>❖ Ajuste dos instrumentos de recolha de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • à realidade da Escola; • ao seu contexto educativo; • à avaliação organizacional da Escola. <p>❖ Realização de momentos para análise e reflexão dos dados recolhidos.</p> <p>❖ Reflexão sobre os sucessos ou insucessos com vista a uma permanente procura da melhoria da qualidade.</p> <p>❖ Divulgação dos resultados de autoavaliação e da avaliação interna.</p> |
| F. Avaliação Interna da Escola | Refletir sobre a eficácia das estratégias implementadas e dos resultados obtidos. | 29. Atingir 80% dos objetivos em cada ação de melhoria implementada na Escola. | <p>❖ Elaboração, implementação e avaliação dos planos de melhoria de acordo com os pontos identificados que carecem de aperfeiçoamento.</p> |

IV PARTE: DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo será divulgado de formas e meios diversificados, de modo a permitir o seu conhecimento a toda a comunidade educativa e aos diferentes organismos e/ou entidades publicas e privadas.

Identificamos como formas prioritárias de divulgação:

- Publicação na página eletrónica da Escola;
- Disponibilização a todos os docentes, a outros atores educativos e parceiros, via correio eletrónico;
- Colocação de um exemplar impresso na Biblioteca, na Sala de Professores, na Secretaria e na Sala dos Assistentes Operacionais.
- Apresentação eletrónica de uma síntese do documento, numa ação de formação, a todos os professores e outros atores educativos;
- Publicação da apresentação/síntese do PEE na página eletrónica da Escola;
- Apresentação, por parte dos Diretores de Turma, no início de cada ano letivo, aos alunos e Encarregados de Educação.

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Educativo de Escola cabe ao Conselho Geral, que emitirá recomendações e pareceres quando entender necessário (de acordo com a alínea c) do artigo 13 do Decreto-Lei 137/2012).

Cada uma das estruturas pedagógicas e organizacionais da escola - Direção, Conselho Pedagógico, Departamentos, Conselho Administrativo - deve proceder anualmente ao balanço das atividades concretizadas, apresentando relatórios sobre o seu nível de execução e os objetivos alcançados. Propõe-se que a monitorização do nível de execução do Projeto Educativo de Escola seja realizada no final de cada ano letivo por uma equipa nomeada pelo Diretor que, com base nesses documentos ou noutro tipo de instrumentos, emitirá o seu parecer, em coerência com os objetivos e as metas propostas no PEE. Os dados recolhidos dessa monitorização deverão ser posteriormente entregues ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Geral para análise. No final do triénio, e na posse de todos os dados obtidos anualmente, o Conselho Geral procederá à avaliação final do PEE, elaborando o seu parecer em coerência com as linhas de orientação estratégica, as linhas de ação e as metas propostas no PEE, divulgando essa informação à comunidade educativa.

De forma a realizar o acompanhamento e a avaliação do Projeto Educativo da Escola, propõe-se o uso de técnicas de investigação qualitativa (observação, notas de campo, entrevistas semiestruturadas e grupos de discussão focalizada) e quantitativa (questionários de resposta fechada, de resposta aberta e mistos). É necessário construir instrumentos de recolha de dados, tendo em conta o contexto educativo, as metas definidas e os indicadores propostos. A análise e interpretação dos dados serão divulgadas a toda a comunidade educativa pelos canais de comunicação existentes na Escola. Assim, será possível a todos fazer sugestões de melhoria da qualidade.

Serão tomadas como fontes adicionais para construção do referencial de avaliação do Projeto Educativo, as seguintes:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • PAA. • PTT. • Plano de formação. • Atas. • Relatórios elaborados pela Direção. • Relatórios críticos anuais da atividade das estruturas intermédias de gestão. • Relatórios críticos das diferentes estruturas e Projetos. • Relatórios críticos dos Diretores de Turma. • Relatórios das equipas dos planos de melhoria • Documentos de distribuição de serviço. | <ul style="list-style-type: none"> • Pautas de avaliação. • Registo de presenças nas atividades de apoio. • Planificações a longo, médio e curto prazo. • Registos dos diferentes Projetos/clubes/ atividades de enriquecimento curricular. • Registos e relatórios do GAMD. • Protocolos de entrevistas. • Protocolos de notas de campo. • Protocolos de observações. • Respostas a questionários de resposta fechada, em escala de <i>Likert</i>, e aberta. |
|--|--|

Quadro XV - Indicadores de avaliação a ter em consideração na construção dos instrumentos de acompanhamento e avaliação do Projeto Educativo de Escola

| Dimensões | Indicadores de verificação |
|--|--|
| Ensino, aprendizagem e avaliação dos alunos | Taxa de trabalho colaborativo entre professores do mesmo ciclo e entre ciclos de ensino. Número de professores que experimentam inovações pedagógicas. Número de alunos em Projetos/clubes e atividades de enriquecimento curricular. Taxa de sucesso por disciplina e nível de escolaridade. Taxa de transição/conclusão no 3º Ciclo. Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário. Taxa de resultados nos Exames Nacionais. Taxa de exclusão por faltas no Ensino Básico e no Ensino Secundário. Taxa de participação dos pais em atividades organizadas na Escola. Taxa de indisciplina no contexto educativo e seu grau de gravidade. |
| A escola e a comunidade | Número de atividades socioculturais/solidariedade social e de interajuda existentes. Taxa de participação dos alunos nas estruturas de gestão e na Associação de Estudantes. Número de interações existentes entre a escola e os diferentes parceiros. |

| | |
|---|--|
| | Número de atividades existentes promotoras de vida saudável. Número de atividades existentes de carácter cultural e artístico. |
| Liderança e gestão | Taxa de satisfação relativamente à fluidez e eficácia dos canais e plataformas de comunicação e interação internas. Taxa de reconhecimento da liderança como eficaz. Taxa de execução do Plano Estratégico do Diretor. Taxa de reconhecimento do trabalho como positivo das lideranças das diferentes estruturas. Taxa de trabalho interpares para avaliação das estruturas e/ou serviços. |
| Formação da comunidade educativa | Taxa de participação dos docentes, dos assistentes Técnicos e operacionais em ações de formação. Taxa de participação dos Pais e Encarregados de Educação em ações de formação. |
| Avaliação da Escola | Taxa de envolvimento dos elementos da comunidade educativa na Avaliação da Escola. Taxa de implementação das ações de melhoria. |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Projeto Educativo de Escola resulta de um trabalho coletivo e colaborativo de todos os agentes educativos, o que reforça a sua legitimidade como documento orientador das ações subsequentes da comunidade educativa.

Se, por um lado, é um documento que contribui para o equilíbrio e estabilidade da organização, por outro, dá conta do crescimento e desenvolvimento da Escola e visa perspetivar o seu futuro enquanto estrutura viva e dinâmica. Os diversos atores educacionais, envolvidos numa missão comum e pela elevação da qualidade da educação, da aprendizagem e da formação, seguramente assumirão o dever de planificar e implementar estratégias para alcançar as metas definidas no Projeto, assim como de participar na respetiva avaliação.

Referências Bibliográficas

- Ainscow, M. (1991). *Effective Schools for All: An Alternative Approach to Special Needs in Education*. In M. Ainscow (ed.). *Effective Schools for All*. London: David Fulton.
- Antúnez, S. (1987). *El Proyecto Educativo de Centro*. Barcelona: Graó.
- Boggino, N. (2009). A avaliação como estratégia de ensino. Avaliar processos e resultados. *Sísifo*. Revista de Ciências da Educação, 09. (pp 79-86). In <http://sisifo.fpce.ul.pt> . (acedido em novembro de 2011).
- Bolívar, A. (2003). *Como Melhorar as Escolas. Estratégias e Dinâmicas de Melhoria das Práticas Educativas*. Porto: Edições ASA.
- Casanova, M. P. (2005). *A Escola como Observatório de Diagnóstico de Necessidades de Formação Contínua: Um estudo de Caso* (Texto Policopiado). Évora: Universidade de Évora.
- Delors, (1996) . *Educação, Um Tesouro a Descobrir*. (Relatório para a Unesco da Comissão Intermistrial sobre Educação para o séc. XXI). Porto: ASA.
- Escámez. J. E. (1988). La Educación en Actitudes y Valores: una Exigencia para el Hombre de Hoy. In J. E. Escámez e P. O. Ortega. *La Enseñanza de Actitudes y Valores*. Valencia: E.C.V.S.A.
- Goetz, J. P. e LeCompte, M. D. (1988). *Etnografía y Diseño Cualitativo en Investigación Educativa*. Madrid: Morata.
- Morgado, J. (2004). *Qualidade na Educação. Um Desafio para os Professores*. Lisboa: Presença.
- Nóvoa, A. (2006). Conferência de Apresentação do Debate Nacional de Educação. In <http://www.cnedu.pt/files/pub/Audicoes/4-Conferencia.html> (acedido em junho de 2014).
- O.C.D.E. (1990). *A Ecologia e a Escola*. Rio Tinto: Asa.
- OEI (2010). 2021 Metas Educativas. Madrid: OEI. In <http://www.oei.es/metas2021.pdf> (acedido em junho de 2014).
- Oleiro, E. (2013). Plano Estratégico (2013 - 2017). Ramada: ESR.
- Patrício, M. F. (1997). A Escola Axiológica. In M. Patrício (org.). *A Escola Cultural e os Valores*. Porto: Porto Editora.
- Pinto, R. O. (1997). " Escola e Qualidade. A Emergência de um "Novo" Paradigma. in Manuel Patrício (org). *Formar Professores para a Escola Cultural no Horizonte dos anos 2000*. Porto: Porto Editora.
- Santos, N. R. (2002). Prestação de Serviços e Satisfação de Necessidades: Conteúdo e Contexto. *Marketing Industrial*. Brasil.
- Schön, D. (1997). Formar Professores como Profissionais Reflexivos. In A. Nóvoa (Coord.). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote e IIE.
- Senge, Peter (2005). *Escolas que aprendem: um guia da quinta disciplina para educadores, pais e*

- todos os que se interessam por educação*. Porto Alegre: Artmed Editora, SA.
- Silva, E. A. A. (2000). *Gestão Estratégica e Projeto Educativo*. In Costa, J. A., A. N. Mendes, e A. Ventura, *Liderança e Estratégia nas Organizações Escolares*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Silva, T. Castanheira (2009). *A Área de Projeto do 12.º Ano e a Biblioteca Escolar num Contexto de Mudança* (Tese Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares). In <http://hdl.handle.net/10400.2/1407> (acedido em Junho de 2014)
- Zabalza, M. (1994). *Planificação e Desenvolvimento Curricular na escola*. (2ª ed.). Rio Tinto: Asa.
- Júri Nacional de Exames - Ministério da Educação (2014). Avaliação. In <http://www.dgidc.min-edu.pt/jurinacionalexames/index.php?s=directorio&pid=21>. (acedido em Junho de 2014)

Normativos Aplicáveis

- Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro.
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro.
- Lei n.º 51/2012 de 5 de Setembro.
- Decreto-Lei 6/2001 de 18 de janeiro.
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril.
- Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de junho.
- Decreto Regulamentar n.º 2/2010 de 23 de junho.
- Despacho n.º 20956/2008, de 11 de agosto.
- Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro.
- Despacho Normativo n.º 50/2005, de 20 de outubro.
- Despacho Normativo n.º 6/2010, de 19 fevereiro.
- Despacho Normativo n.º 13/2014 de 15 de Setembro.
- Portaria n.º 550-C/2004 de 21 de Maio.
- Portaria n.º 782/2009 de 23 de julho.
- Portaria n.º 74-A/2013 de 11 de fevereiro.

Anexos

Anexo 1

ESCOLA SECUNDÁRIA DA RAMADA
CRITÉRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE TURMAS
2014/2015
Artigo 1º
Preâmbulo

No 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário são respeitados os critérios definidos pelas orientações emanadas pelo MEC. De igual modo prevalecem critérios de natureza pedagógica, dando continuidade, sempre que possível, às turmas já existentes. Procurar-se-á fazer uma distribuição equitativa do número de alunos retidos, bem como dos que beneficiam de medidas educativas especiais. As recomendações dos conselhos de turma bem como as solicitações dos encarregados de educação serão sempre analisadas.

Com este regulamento pretende-se uniformizar os critérios a cumprir na constituição de turmas da Escola Secundária da Ramada.

Artigo 2º
(3º Ciclo)

1. As turmas do 7º ao 9º Ano são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30.
2. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ao estabelecido no número anterior, carece de autorização dos serviços do Ministério da Educação e Ciência competentes, mediante análise de proposta fundamentada do diretor.
3. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido no número 1 do presente artigo, carece de autorização do conselho pedagógico, mediante análise de proposta fundamentada do diretor.
4. As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.
5. Na formação de turmas do 7º ano, os alunos serão distribuídos, sempre que possível, de acordo com a sua opção de Língua Estrangeira II e a matrícula na disciplina facultativa de Educação Moral e Religiosa.
6. A disciplina de Educação Tecnológica constitui oferta de escola para os 7º e 8º anos.
7. Deverá dar-se continuidade às turmas constituídas ao longo do ciclo, salvo situações excecionais, devidamente fundamentadas e avaliadas.
8. A seleção para o número de vagas que a escola disponibiliza para a opção de Língua Estrangeira II no 7º ano será feita de acordo com a média aritmética simples do 6º ano, calculada até às centésimas.
9. O número anterior não se aplica aos alunos retidos no 7º ano.

Artigo 3º
(Secundário)

1. Nos cursos científico-humanísticos o número mínimo para abertura de um curso é de 26 alunos.
2. O número mínimo para abertura de uma disciplina de opção é de 20 alunos.
3. Os alunos que frequentaram a mesma turma no 9º ano (seja da Escola Secundária da Ramada ou de outra escola) devem ser distribuídos pelas turmas de 10º ano, sempre que para a opção pretendida exista mais que uma turma.
4. No 11º ano manter-se-ão, sempre que possível, as turmas constituídas no 10º ano.
5. No 12º ano as turmas serão constituídas de acordo com as opções pretendidas pelos alunos.
6. As disciplinas da componente de formação específica serão determinadas pela opção feita pela maioria dos alunos no ato da matrícula e tendo em conta os recursos humanos da escola, bem como o cumprimento da legislação em vigor.
7. Sempre que não for possível atender-se às preferências dos alunos, os mesmos deverão ser contactados para optarem por outras disciplinas ou serem transferidos de escola.
8. No 10º ano as turmas devem ser constituídas de modo a evitar, sempre que possível, os desdobramentos e as junções de turmas.
9. De acordo com o ponto 2 do artigo 11º do Despacho n.º 5048-B/2013, de 12 de abril de 2013, as outras prioridades e ou critérios de desempate definidos no regulamento interno da escola são os seguintes:
 - Curso de Ciências e Tecnologias - Média aritmética simples das classificações obtidas nas disciplinas de Matemática, Ciências Naturais e Físico-Química, no 9º ano.
 - Curso Socioeconómicas - Média aritmética simples das classificações obtidas nas disciplinas de Matemática, Geografia e História, no 9º ano.
 - Curso de Línguas e Humanidades - Média aritmética simples das classificações obtidas nas disciplinas de Português, Inglês e História, no 9º ano.
 - Curso de Artes Visuais - A classificação obtida na disciplina de Educação Visual ou outra disciplina da componente de formação artística, no 9º ano.

Artigo 4º
Normas Finais

1. O encarregado de educação, no prazo de dois dias úteis após a afixação das listas das turmas pode requerer, por escrito, a transferência de turma do seu educando, fundamentando este pedido.
2. Cabe ao diretor dar, ou não, deferimento ao requerimento do encarregado de educação, após análise das razões de carácter pedagógico, administrativo e/ou logístico.
3. Para toda e qualquer situação omissa neste regulamento prevalece a decisão do diretor.

O Diretor

Edgar Abílio Oleiro

Anexo 2



ESCOLA SECUNDÁRIA DA RAMADA

CRITÉRIOS GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE HORÁRIOS

ANO LETIVO 2014/2015

No âmbito da distribuição de serviço docente o Conselho Pedagógico reafirma o primado da importância fulcral do aluno na escola, pelo que as preferências dos docentes apenas deverão ser tomadas em conta quando não colidam com os objetivos da escola enquanto instituição, não prejudiquem o seu bom funcionamento nem contrariem as disposições legais e regulamentares.

Assim sendo, o Conselho Pedagógico reunido em 01/07/2014, deliberou, no âmbito das competências previstas na alínea k) do artº 33º do Decreto-Lei nº 137/2012 de 2 de julho, aprovar os seguintes critérios a ter em conta na elaboração de horários para o ano letivo 2014/2015 e subsequentes:

PRINCÍPIOS GERAIS:

1. A responsabilidade da distribuição de serviço docente é da competência do diretor;
2. Para a elaboração de horários conjugar-se-ão os interesses dos discentes e da escola, no respeito inequívoco dos normativos legais vigentes e do Regulamento Interno.
3. Procurar-se-á manter a continuidade do professor na turma, desde que não haja motivos que aconselhem a sua substituição (situações registadas em documentos oficiais ou do conhecimento do diretor).
4. Na distribuição de serviço dever-se-á ter em linha de conta a adequação do perfil do professor às necessidades da turma, designadamente quanto àquelas que apresentem problemas de assiduidade, indisciplina, insucesso repetido, etc.
5. Dever-se-á evitar a atribuição de turmas com disciplinas sujeitas a exame final a professores para os quais haja previsibilidade de ausência prolongada.
6. A distribuição de níveis pelos vários professores do grupo/disciplina deverá ser equilibrada e, sempre que possível, não superior a três.
7. No ensino básico, e em particular no que se refere ao 7º ano, a direção de turma não deverá ser atribuída a docentes que lecionem pela primeira vez na escola.
8. No ensino secundário, deve ser nomeado diretor de turma o professor que leccione uma disciplina onde estejam inscritos a totalidade ou a grande maioria dos alunos da turma.

9. Do horário atribuído poderá haver reclamação, por escrito, devidamente fundamentada, a entregar, nos serviços administrativos, no prazo de um dia útil a contar da data de entrega do horário.

CRITÉRIOS GERAIS

1. O esquema de funcionamento da ESR, definido em função da previsão do número de turmas, número de tempos / horas curriculares de cada ano ou curso e capacidade dos respetivos espaços, obedecerá ao regime de desdobramento.
2. O período da manhã decorrerá entre as 8h15 e 13h15 e o período da tarde entre as 13h30 e as 18h30.
3. A distribuição dos tempos letivos deverá assegurar a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia. Assim, as aulas dos 7º, 8º e 10º anos devem ser maioritariamente no turno da tarde e os restantes anos no turno da manhã.
4. A apresentação de cada horário obedecerá ao esquema de tempos letivos devidamente definidos quanto ao seu início e conclusão.
5. Cada aula corresponderá a 45 minutos, podendo funcionar duas aulas seguidas.
6. O limite de tempo máximo admissível entre aulas de dois turnos distintos do dia é de 3 tempos letivos.
7. O período mínimo destinado ao almoço será de 1h.
8. As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se 1 hora após o término do período definido para o almoço.
9. As atividades extracurriculares bem como as reuniões dos órgãos de administração e gestão, estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio educativo, não deverão colidir com as atividades letivas, sendo-lhes reservado um período específico para a sua realização.
10. A elaboração de horários poderá estar condicionada à disponibilidade de espaços específicos. No entanto, procurar-se-á concentrar as aulas de uma só turma numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica. Na disciplina de Educação Física não deverão estar em funcionamento mais de quatro turmas em simultâneo.

I. DAS TURMAS

1. No horário de cada turma não poderão ocorrer tempos desocupados (furos);
2. Nenhuma turma poderá ter mais do que 6 tempos de 45 minutos consecutivos;
3. O número de tempos não deve ser superior a 8, em cada dia de aulas, exceto nos cursos profissionais que podem ir até 10.
4. Se, por exigência curricular, se dividir uma turma em dois “turnos” numa disciplina, dessa situação não poderá ocorrer nenhum tempo desocupado para qualquer deles; nos dias em que tal ocorra, o(s) tempo(s) letivo(s) devem ser colocados na periferia.

5. Deve-se procurar evitar que as aulas de uma mesma disciplina à mesma turma tenham lugar em dias consecutivos ou sempre ao último tempo do turno.
6. As aulas de Língua Estrangeira I e II não devem ser lecionadas em tempos letivos consecutivos.
7. As aulas de Educação Física, sempre que possível, não devem funcionar em dias consecutivos.
8. As aulas de Língua Estrangeira não podem funcionar em dias consecutivos.
9. A carga horária dos cursos profissionais poderá ser flexibilizada de acordo com necessidades pontuais de lecionação.
10. A carga horária das disciplinas de Língua Estrangeira I e II, História, Geografia, Ciências Naturais e Físico-Química no terceiro ciclo do Ensino Básico, terá a seguinte distribuição:

| Disciplina | 7º ano | 8º ano | 9º ano |
|-------------------|---|---|---|
| Inglês | 3 × 45 min. | 3 × 45 min. | 3 × 45 min. |
| Francês/ Espanhol | 3 × 45 min. | 2 × 45 min. | 2 × 45 min. |
| História | 2 × 45 min. | 3 × 45 min. | 3 × 45 min. |
| Geografia | 3 × 45 min. | 2 × 45 min. | 3 × 45 min. |
| Ciências Naturais | 3 × 45 min. (desdobra 1 tempo em turnos) | 3 × 45 min. (desdobra 1 tempo em turnos) | 3 × 45 min. (desdobra 1 tempo em turnos) |
| Físico-Química | 3 × 45 min. (desdobra 1 tempo em turnos) | 3 × 45 min. (desdobra 1 tempo em turnos) | 3 × 45 min. (desdobra 1 tempo em turnos) |

11. As disciplinas de TIC e Educação Tecnológica, nos 7º e 8º anos, funcionarão semestralmente com a duração de 2 × 45 min., consecutivos.

II. DOS PROFESSORES

- 1) O horário do docente não pode incluir mais de 6 tempos letivos consecutivos, nem deve incluir mais de 8 tempos letivos diários.
- 2) O horário do docente não deve incluir mais de 3 níveis de lecionação diferentes.
- 3) O horário semanal do docente não deve incluir mais de três tempos letivos desocupados.
- 4) O horário do docente deve contemplar um período para almoço de, pelo menos, 1h.
- 5) O serviço distribuído ao docente deve estender-se ao longo de 5 dias/semana.
- 6) O docente obriga-se a comunicar ao diretor qualquer facto que implique redução ou condicionamento na elaboração do horário.
- 7) O horário do docente a quem foram atribuídos cargos ou funções deve contemplar a sua presença na Escola em período diferente daquele cuja componente letiva é predominante.
- 8) Para o exercício do cargo de diretor de turma do ensino básico e do ensino secundário serão atribuídos dois tempos letivos.

- 9) O número de horas a atribuir à “componente não letiva de estabelecimento”, nesta escola, será de 2 x 45 minutos para todos os docentes. A estas horas acrescem as que cada docente tem de redução na componente letiva ao abrigo do artigo 79º do ECD.
- 10) O exercício de cargos de coordenação pedagógica nas estruturas de supervisão ou de orientação educativa ou outros, devem incluir-se na componente não letiva de trabalho a nível de estabelecimento e nas horas de redução de que o docente usufrui ao abrigo do artigo 79º do ECD, devendo para tal serem consideradas:
- a) 4 horas semanais - coordenações dos departamentos curriculares; coordenações dos diretores de turma (básico e secundário)
 - b) 3 horas semanais - coordenação ou direção de cursos; coordenação do desporto escolar;
 - c) 2 horas semanais - direção de instalações; coordenação do gabinete de apoio disciplinar; coordenação da equipa de auto-avaliação da escola;
 - d) 1 hora semanal - supervisão pedagógica no caso de departamentos com mais de um grupo de recrutamento e sempre que o respetivo nº de docentes for igual ou superior a três.
- 11) Os docentes que ao longo do ano prevejam redução de serviço lectivo (ex: maternidade, amamentação) deverão dar conta da situação ao diretor.

O Diretor

Edgar Abílio Oleiro